

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS E GESTÃO
EDUCACIONAL

Emanuelli Unfer

**ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARAÍSO DA
CRIANÇA EM AGUDO/RS:
PROCESSOS DE DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA CRECHE**

Santa Maria, RS
2022

Emanuelli Unfer

**ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARAÍSO DA CRIANÇA EM
AGUDO/RS:
PROCESSOS DE DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA CRECHE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Taciana Camera Segat

Santa Maria, RS
2022

Unfer, Emanuéli
Escola Municipal de Educação Infantil Paraíso da Criança
em Agudo/RS: processos de documentação pedagógica na
Creche / Emanuéli Unfer.- 2022.
121 p.; 30 cm

Orientadora: Taciana Camera Segat
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2022

1. Creche 2. Processos Democráticos 3. Documentação
Pedagógica I. Segat, Taciana Camera II. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, EMANUELI UNFER, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

Emanuelli Unfer

**ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARAÍSO DA CRIANÇA EM
AGUDO/RS:
PROCESSOS DE DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA CRECHE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

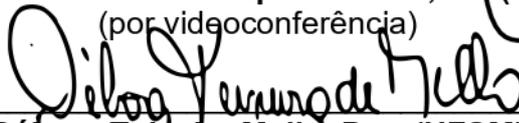
Aprovado em 23 de fevereiro de 2022.



Taciana Camera Segat, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)
(por videoconferência)



Gabriel de Andrade Junqueira Filho, Dr. (UFRGS)
(por videoconferência)



Débora Teixeira Mello, Dra. (UFSM)
(por videoconferência)

Santa Maria, RS
2022

DEDICATÓRIA

Aos meus pais Zeni e Sildo: a razão e a emoção, a firmeza e a doçura e principalmente por acreditar que não há limites para sonhar e conquistar,

Ao meu companheiro de vida e caminhos que escolhi, Gustavo,

A minha filha, Laura, inspiração à prática do amor à educação.

Que a jornada seja intensa, por caminhos que entrecruzam pontos de partida e de chegada.

Que a cada nova escolha de percurso, possamos andar juntos e comemorar novos encontros e sonhos realizados.

AGRADECIMENTOS

Gratidão imensa neste caminhar,

A minha orientadora, por organizar e desorganizar meus caminhos, apoiando e questionando minhas escolhas e andanças. Trazendo para o percurso o melhor que eu posso fazer, despertando o espírito do pesquisador em forma de perguntas. Pela compreensão e paciência. Pelas concordâncias e discordâncias que me fez crescer e fortalecer. Por me apresentar ao tão complexo e fraterno Morin. Pelo afeto e carinho fora das discussões de estudos. Ouso dizer, pela amizade e confidências.

A amada e doce Katiane, que já lá no dia da prova de seleção para ingresso no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional, a minha curiosidade sobre o mate cheio de óleos, aproximou nossas almas! Uma irmã de espírito, que sempre esteve pronta para ajudar e compartilhar angústias e alegrias.

A banca de qualificação, Professor Gabriel Andrade Junqueira Filho, Professora Débora Melo e Professora Viviane Cancian, que qualificaram não somente minha pesquisa, mas meu ser como profissional, como pessoa e como estudante que acredita na força da Educação como qualificação social.

A minha família, minha filha Laura e companheiro Gustavo, que sempre acreditaram que eu poderia fazer tudo o que eu sonhar. Que abdicou de tempo, passeios e diversão, para que eu pudesse me concentrar na pesquisa. Que pacientemente entendeu minhas “surtadas” e necessidade de silêncio.

A Ilha Fraterna chamada DOCINFOCA, que nunca mediram esforços para auxiliar e compartilhar experiências, sugerindo e qualificando meu processo na pesquisa.

A Queila e a Luci, que plantaram em mim a semente da busca, da cooperação e do estudar compartilhado. Obrigada por serem inspiração e motivação para ingressar no Mestrado.

A colega e amiga Aline Soeiro, me deu todo o apoio para ingressar, me auxiliando na construção do projeto.

A professora Eni, pessoa maravilhosa que tem um coração gigante e uma mente brilhante.

As minhas colegas da EMEI, que pacientemente fizeram parte de todo esse percurso, se colocando a disposição sempre que precisei de ajuda e colo.

A minha amiga Vanessa, que me auxiliou nos momentos de maior nervoso e falta de paciência, tanto na vida quanto na pesquisa.

As minhas colegas e meus colegas da Secretaria de Educação e Desporto, pelo apoio e parceria sempre.

A Julinha, que me mostrou caminhos para a pesquisa seguir, aconselhou e auxiliou nos primeiros passos dessa jornada.

A minha amiga Catusca, que se proporcionou nos últimos dias antes da entrega da versão final, momentos e passeios a Laura para que eu pudesse ficar no silêncio escrevendo e por vezes me desesperando

Ao meu afilhado Pedro, tradutor carinhoso e amado da dinda.

Enfim, a todos que de alguma forma fizeram parte deste caminho, que não chega ao fim, que pode ser um novo ponto de partida.

Sou grata por tudo o que a Universidade Federal de Santa Maria me proporcionou, pelos encontros, pelos conhecimentos, pelas possibilidades, pelo mundo que ela me oferta. Pelas pessoas que pude ter o prazer de cruzar e caminhar junto.

É vivendo, não importa se com deslizos e com incoerências, mas disposto a superá-los, a humildade, a amorosidade, a coragem, a tolerância, a competência, a capacidade de decidir, a segurança, a eticidade, a justiça, a tensão entre paciência e impaciência, a parcimônia verbal, que contribuo para criar e forjar a escola feliz, a escola alegre. A escola que é a aventura, que marcha, que não tem medo do risco, porque recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim à vida. E não a escola que emudece e me emudece (FREIRE, 1993, p. 63).

RESUMO

ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL PARAÍSO DA CRIANÇA EM AGUDO/RS: PROCESSOS DE DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA NA CRECHE

AUTORA: Emanuelli Unfer
ORIENTADORA: Taciana Camera Segat

A presente pesquisa investigou quais vivências possibilitam observar processos democráticos potencializadores da prática pedagógica na escola da infância, a partir da documentação produzida nos últimos 5 anos na Educação Infantil/Creche, a fim de pensar as ações na creche, possibilitando uma reflexão sobre a democracia no fazer pedagógico, bem como a participação das crianças, de forma respeitosa. A pesquisa está vinculada ao Mestrado Profissional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), na Linha de Pesquisa 2 – Gestão Pedagógica e Contextos Educativos. A opção por este tema é justificada pelas vivências da autora como professora na Educação Infantil e posteriormente como Secretária Municipal de Educação e Desporto. O objetivo do processo investigativo é pesquisar sobre a documentação pedagógica construída nos últimos 5 anos na e para a Educação Infantil/Creche de Agudo/RS buscando estabelecer as relações com os processos democráticos como potencializadores de práticas pedagógicas na escola da Infância. Esta pesquisa, faz um passeio, por vários caminhos, ruas e cruzamentos, como metáfora as construções de cidades em blocos de montar que faço com minha filha. Para que chegássemos a tais compreensões, utilizamos como principal referencial Morin, Dahlberg, Moss, Pence, Pikler, Freire, Junqueira Filho, Gandini, Ostetto, Rinaldi e muitos documentos legais que regulam a Educação Infantil no Brasil. A pesquisa foi desenvolvida através da abordagem qualitativa, de natureza aplicada e implicada, considerando o contexto escolar, e ainda a partir da pesquisa em documentos dos arquivos da Escola. O produto da pesquisa é um repositório online de documentações pedagógicas produzidos na escola, com o objetivo de proporcionar futuras pesquisas, bem como o acompanhamento dos processos educacionais das crianças que frequentam ou frequentaram a escola.

Palavras-chave: Creche. Processos Democráticos. Documentação Pedagógica.

ABSTRACT

MUNICIPAL SCHOOL OF CHILDHOOD EDUCATION PARAÍSO DA CRIANÇA IN AGUDO/RS: PEDAGOGICAL DOCUMENTATION PROCESSES IN NURSERY SCHOOL

AUTHOR: Emanuelli Unfer
ADVISOR: Taciana Camera Segat

The present paper researched which experiences allow us to observe democratic processes which enhance pedagogical practices on childhood school from documentation produced in the last 5 years on Child Education Day Care, with the goal of thinking about the actions of day care, allowing a reflection about democracy in pedagogical cause, as well as the participation of the children in a respectful manner. This research is linked to the professional masters degree of the Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), in the second line of research - Pedagogical Management and Educational Contexts. The option for this theme is justified by the experiences of the author as a teacher in Child Educations and subsequently as Secretária Municipal de Educação e Desporto. The goal of this research is to study the pedagogical documentation gathered on the last 5 years on and for the Day Care/Child Education of Agudo/RS, looking to stabilish ties of the democratic processes as enhancers of pedagogical practices in childhood school. This research travels through many roads, paths and crossings as a metaphor for the buildings of cities in building blocks that the author does with her daughter. For us to get those results, we have utilized as main references Morin, Dahlberg, Moss, Pence, Pikler, Freire, Junqueira Filho, Gandini, Ostetto, Rinaldi and many legal documents that regulate Child Education in Brazil. The research is being developed with a qualitative approach, of applied and implicit nature, always considering the scholar context. The research was done in documents of the School's archives. The main body of the research is an online receptacle of pedagogical documentations produced on the school, with the goal of providing future research, as well as the attendance of the educational teachers of the children that attend or attended the school.

Keywords: Day Care. Democratic Processes. Pedagogical Documentation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Pontos de Partida – Pontos de chegada: estrutura da pesquisa	24
Figura 2 – Organização da pesquisa	28
Figura 3 – Atividade com massinha de modelar no período de adaptação com a minha primeira turma na Escola de Educação Infantil/Creche - crianças de 1 ano	31
Figura 4 – Documentação pedagógica: delimitando e exemplificando	43
Figura 5 – Imagem da página criada pela autora para compartilhar com as famílias as produções e coletâneas de imagens enviadas a professora	67
Figura 6 – Mini-história apresentada no II Fórum de Educação Infantil – PUFV Centro Serra	75
Figura 7 – Movimentos complexos na Documentação Pedagógica	77
Figura 8 – Documento Orientador Municipal.....	89
Figura 9 – Documento Orientador Municipal.....	90
Figura 10 – Parecer descritivo	94
Figura 11 – Parecer Descritivo.....	96
Figura 12 – Continuação do parecer.....	97
Figura 13 – Mini-história: Os “laços” da escola	98
Figura 14 – Mini-história: Filho de Peixe, peixinho é!.....	99
Figura 15 – Padlet.....	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentações analisadas	46
Quadro 2 – Documentações normatizadoras.....	80
Quadro 3 – Documentações Organizadoras	82
Quadro 4 – Documentações Experienciais	83
Quadro 5 – Número máximo de alunos por turma	87
Quadro 6 – Linha do tempo: Legislação e Documentações para Educação Infantil	113
Quadro 7 – Organização Metodológica da Pesquisa	118

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
BNCC (2017)	Base Nacional Comum Curricular
CE	Centro de Educação
CIEE	Centro de Integração Empresa-Escola
DCNEIs	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil
DOCINFOCA	Grupo de Pesquisa Docência, Infâncias e Formação
DOM	Documento Orientador Municipal
EMEF	Escolas Municipais de Ensino Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
GPS	Sistema de Posicionamento Global
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PPPG	Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional
PUFV	Programa a União Faz a Vida
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	23
1	CONSTRUÇÃO HUMANA DA PESQUISA	29
1.1	ÀS VEZES É PRECISO DESCONSTRUIR CAMINHOS PARA VOLTAR A CONSTRUIR NOVOS PERCURSOS	33
1.2	POTENCIAL DEMOCRÁTICO: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA	35
2	PROCESSO METODOLÓGICO: DESENHANDO CAMINHOS	39
2.1	CAMINHOS METODOLÓGICOS	44
2.2	OBJETOS OU INSTRUMENTOS DE PESQUISA	45
2.3	PROPOSTA DE PRODUTO	46
3	UM POUCO DE HISTÓRIA: PERCURSOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL	48
3.1	A LEGISLAÇÃO A FAVOR DA GARANTIA DE ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL	52
3.2	ABORDAGENS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	54
4	AVALIAÇÃO: LONGOS CAMINHOS OU RUA SEM SAÍDA?	57
4.1	AVALIAÇÃO: CAMINHO DA HISTÓRIA, CONTADO POR DOCUMENTOS LEGAIS	59
4.2	O DESCONHECIDO: CAMINHOS E POSSIBILIDADES DE UMA PANDEMIA	63
5	DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA: O MESMO PONTO - PARTIDAS E CHEGADAS	69
5.1	DESENROLANDO OS DOCUMENTOS QUE COMPÕE A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA: ESTRUTURAS E CONSTRUÇÕES... ..	71
5.2	O PROCESSO DE DOCUMENTAR E SUA POTÊNCIA QUALIFICADORA DAS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	73
6	PAUSA PARA O CAFÉ: (RE)VISITANDO OS DOCUMENTOS	79
6.1	DOCUMENTAÇÕES NORMATIZADORAS: REGRAS OU POSSIBILIDADES PARA A VIDA NA CRECHE	85
6.1.1	Regimento Escolar	85
6.1.2	Plano Global	88
6.1.3	Documento Orientador Municipal	89

6.1.4	Plano de ação para regulamentação do ensino remoto.....	91
6.2	DOCUMENTAÇÕES ORGANIZADORAS: A VIDA NA CRECHE	92
6.2.1	Projeto Político-Pedagógico	92
6.3	DOCUMENTAÇÕES EXPERIENCIAIS: MOVIMENTOS, EXPERIMENTOS E VIDA PULSANTE NA CRECHE.....	93
6.3.1	Pareceres	93
6.3.2	Mini-histórias.....	97
6.4	A RÓTULA: UM CRUZAMENTO DE ENCONTROS E DISTANCIAMENTOS.....	100
7	ENCAMINHAMENTOS FINAIS: PONTO DE CHEGADA, OU INÍCIO DE UMA NOVA PARTIDA?	102
	REFERÊNCIAS	108
	APÊNDICE A – LINHA DO TEMPO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	113
	APÊNDICE B – ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA	118
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	120

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho investigou as documentações produzidas, do período de 2016 a 2020, na e para a Escola Municipal de Educação Infantil Paraíso da Criança – Creche, localizada na zona urbana da cidade de Agudo/RS, única escola municipal Creche até dezembro de 2020, buscou-se ao longo da leitura e investigação da documentação, de modo a compreender como eles podem auxiliar e possibilitar a percepção e encorajamento na construção de processos democráticos potencializadores da prática pedagógica na Creche.

A proposta de pesquisa é construída a partir da minha prática como professora de crianças preocupada em trazer para a cena a participação, autonomia e criação pelas crianças e adultos envolvidos no processo educacional, na Creche, de maneira participativa e respeitosa. A invisibilidade destes sujeitos (crianças, professores e demais adultos que fazem parte da vida na Creche), nos arquivos, discursos e mesmo nos caminhos escolhidos pelos professores para planejar, organizar a prática e posteriormente documentar preocupava-me, muitas vezes parecendo movimentos mecânicos e automáticos, com objetivo de cumprir tarefas e burocracias pré-determinadas. É neste contexto que o problema da pesquisa se desenha e vai criando pontos de chegada, possibilitando outras partidas.

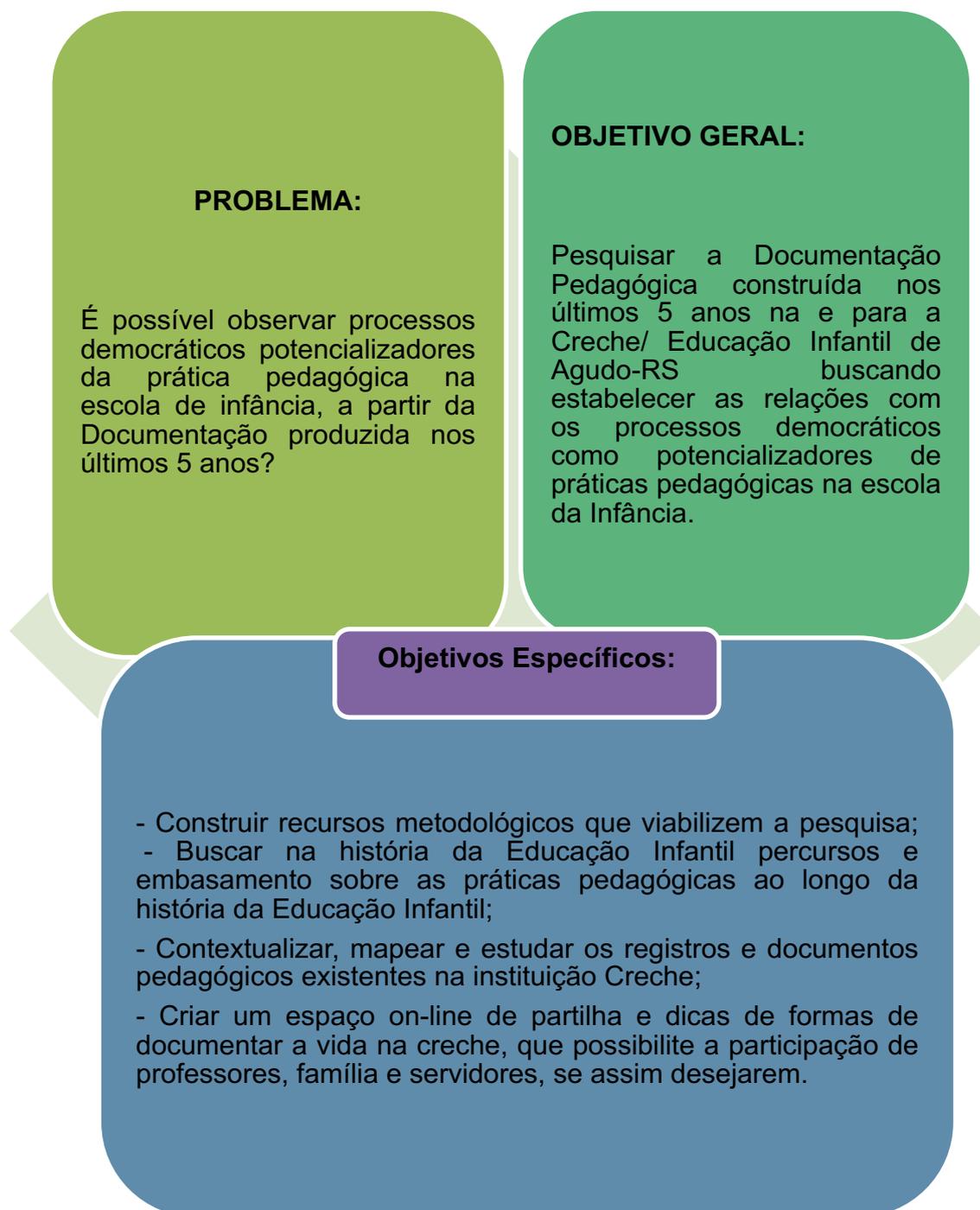
A pesquisa tem como problema investigar a partir das documentações produzidas e arquivadas na Escola Municipal de Educação Infantil Paraíso da Criança, como podemos compreender e encorajar a construção de processos democráticos que potencializem as práticas pedagógicas de documentar na Creche. Compreender e encorajar para esta pesquisa são dois verbos muito poderosos, pois compreender, pode impulsionar processos de encorajamento e fortalecimento para resistir as práticas autoritárias, antidialógicas e desrespeitosas! É neste caminho, que a problemática da pesquisa ganha corpo no entendimento de que algumas vivências das crianças pequenas são potencializadoras de experimentações criativas e vivas de práticas democráticas no contexto coletivo da vida na Creche, ao mesmo tempo e espaço, que podem coexistir com vivências atrofiantes e disciplinadoras, coibindo os caminhos que poderiam levar a uma prática pedagógica democrática.

Desta forma, dialogar e pesquisar sobre os processos de documentar e registrar as práticas e objetivos de como se relacionar com o outro infantil ou adulto, assim como, com os espaços, os materiais e os tempos, podem ser definidoras dos

processos de construção democráticos na creche e das possibilidades de viver as infâncias em ambiente de autonomia, participação e respeito.

Para ilustrar a estrutura desta pesquisa, segue figura:

Figura 1 – Pontos de Partida – Pontos de chegada: estrutura da pesquisa



Neste contexto, de encorajamento e resistência, o trabalho tem como objetivo pesquisar a Documentação Pedagógica construída no período de 2016 a 2020, na e para, a Creche/ Educação Infantil de Agudo/RS, buscando estabelecer as relações com os processos democráticos como potencializadores de práticas pedagógicas, escola pública da rede municipal, delineando os caminhos percorridos na documentação pedagógica, tendo como instrumentos da pesquisa as documentações e arquivos físicos encontrados na escola: regimento escolar, livro de mini-histórias, pareceres, Documento Municipal Orientador, Plano de ações para regulamentação do ensino remoto 2020, Currículo Emergencial 2020, Projeto Pedagógico e Plano Global.

A partir disto, pode-se pensar que a pesquisa terá relevância, visto que reflete e explora as ações de documentar como potência de participação nos processos pedagógicos vividos na escola, bem como possibilita a participação, autonomia e protagonismo das crianças, no intuito de pensar as ações pedagógicas de forma colaborativa e posteriormente trazer a visibilidade do processo nas documentações produzidas.

A escola escolhida para realizar a pesquisa, era até o ano 2020 a única Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Paraíso da Criança no município, quando ingressei no Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), atendia cerca de 200 crianças de 0 a 3 anos de idade, em turno integral e parcial. Eram 12 turmas, divididas da seguinte forma: 0 a 1 ano – Berçários, 1 ano a 2 anos - Maternais I, 2 anos a 3 anos Maternais II, 3 anos a 3 e 11 meses– Maternais III.

Esta pesquisa transcorre como uma jornada, longa e reflexiva, que perpassa por caminhos e percursos da minha prática como professora de Educação Infantil, Educadora Especial e atualmente gestora da Educação de Agudo. Uma jornada que tem pontos de partida que antecedem a pesquisa, que busca no passado novas partidas e encontra chegadas. Neste sentido, vai se organizando com metáforas ligadas a jornada, aos percursos, processos, caminhos e ruas que a pesquisa vai trilhando no decorrer da andança.

O primeiro capítulo desta pesquisa, “Construção humana da pesquisa”, traz uma breve apresentação do tema escolhido, da trajetória profissional da pesquisadora¹ e alguns dados da instituição onde a pesquisa aconteceu.

No segundo capítulo, “Primeiros passos: caminhos metodológicos” são apresentados os caminhos metodológicos percorridos, no decorrer da pesquisa.

O capítulo terceiro, “Um pouco de história: percursos históricos e legais da Educação Infantil” aborda de uma forma geral, os percursos históricos e legais da Educação Infantil, buscando construir uma linha do tempo, desde os primeiros movimentos em prol do direito a Educação de crianças de 0 a 3 anos de idade, até as conquistas atuais.

No quarto capítulo, “Avaliação: longos caminhos ou ruas sem saída?”, discorro sobre a avaliação, um tema que não poderia ficar esquecido, visto que este pode ser o ponto de partida, o caminho e o ponto de chegada da Documentação Pedagógica, por isso o capítulo quatro, irá abordar questões referentes a ela, bem como, o processo vivido em meio a uma pandemia.

No quinto capítulo, “Documentação Pedagógica: o mesmo ponto – partidas e chegadas”, trago alguns estudos sobre a documentação pedagógica na Educação Infantil, pautada em leituras feitas no transcorrer do curso de Mestrado, tanto no período acadêmico, quanto em formações fora do currículo do PPPG. O ponto da partida para a pesquisa, que também foi o ponto que queria chegar. Ponto este que dá a possibilidade de novas partidas, novos processos e encontros.

No sexto capítulo “Pausa para o café: (re)visitando os documentos”, traz a ideia de pausa, não como momento de descanso, mas sim uma parada com café, para acordar, pois, neste momento que cheguei ao meu campo de pesquisa. Utilizo o (re)visitar, pois enquanto professora do quadro as documentações utilizadas para pesquisa, já eram “visitadas” por mim, agora, de outro lugar volto a visitar, ler e dialogar com as documentações selecionados para a pesquisa.

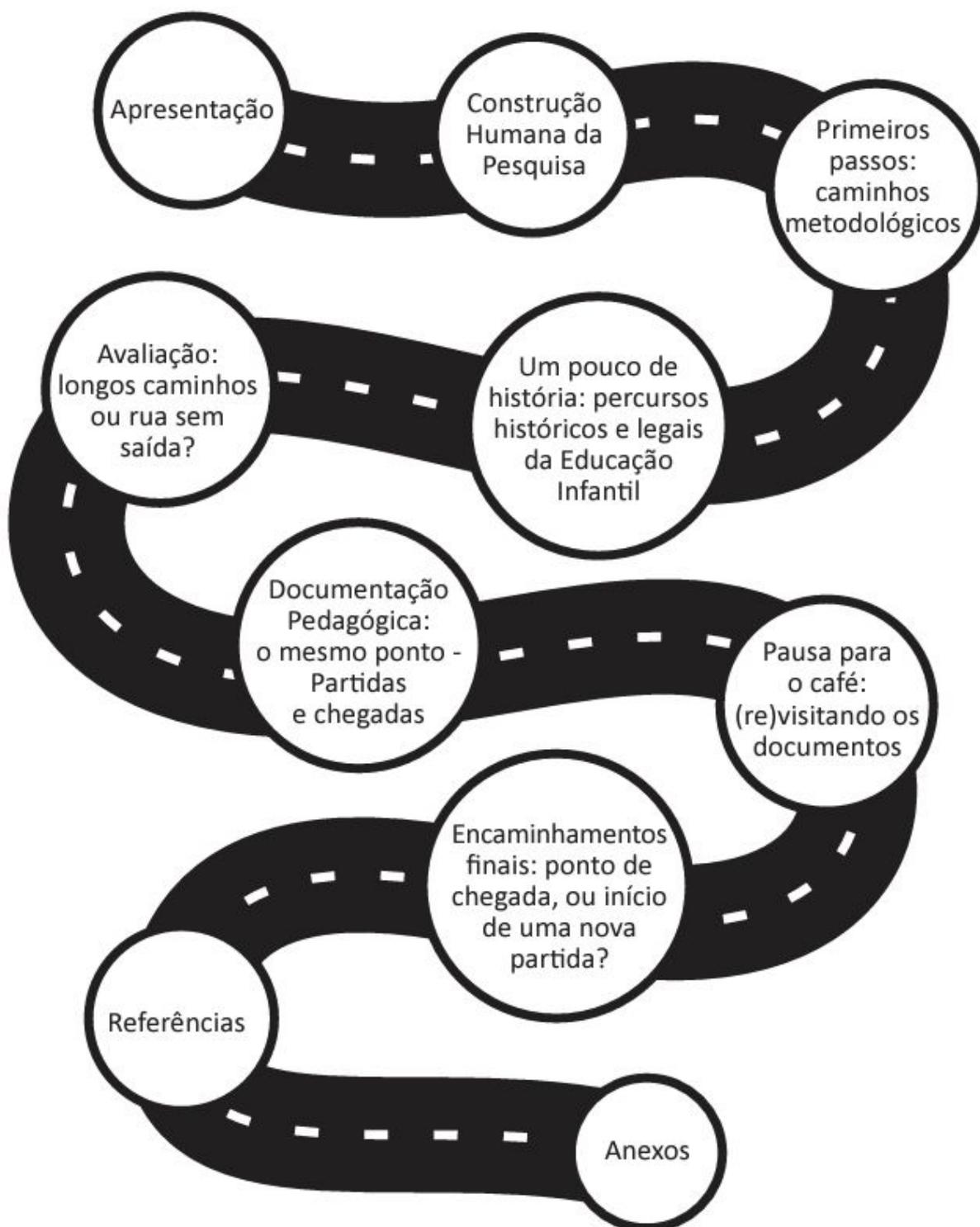
No sétimo capítulo, é feito algumas reflexões finais, com conclusões e mais dúvidas que foram sendo descobertas ao longo dos caminhos percorridos pela pesquisadora, bem como uma descrição da construção do produto da pesquisa, que tem como principal objetivo criar um repositório de documentações pedagógicas, com

¹ A conjugação verbal na pesquisa perpassa de primeira pessoa a terceira pessoa, visto que, em alguns momentos são as minhas impressões particulares que são retratadas, em outros, percepções de autores ou impessoais.

sugestões e com materiais produzidos na escola, para futuras pesquisas e acompanhamento dos processos educativos das crianças. Esta proposta prevê que, após disponibilizada e compartilhada com os professores da escola, torne-se uma plataforma online de fácil acesso e compreensão, que possibilite que os usuários façam anotações e colaborações, possibilitando até mesmo a impressão dos registros e documentações lá inseridos. Por esta possibilidade de ser ao mesmo tempo a chegada desta jornada, mas também a possibilidade para novas partidas, este capítulo recebeu o título “Encaminhamentos finais: ponto de chegada, ou início de uma nova partida?”.

Por fim, na sequência, segue a figura 2, objetivando um melhor entendimento do percurso da pesquisa(dora), colocando os capítulos e subcapítulos existentes nesta.

Figura 2 – Organização da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora.

1 CONSTRUÇÃO HUMANA DA PESQUISA

Os fenômenos de emergência são bem evidentes, a partir do momento em que passamos a percebê-los. Essas evidências são, porém, dispersas, singularizadas, e não foram aprofundadas nem teorizadas (MORIN, 2016, p. 138).

Na minha trajetória como educadora, passei por diversos setores da educação, bem como por vários municípios de atuação. Minha formação inicial, foi Pedagogia, sendo esta para lecionar tanto no Ensino Fundamental Anos Iniciais quanto na Educação Infantil. Minhas primeiras oportunidades como professora, no entanto, surgiram quando acadêmica do curso de graduação em Educação Especial, minha segunda graduação.

Neste período, trabalhei como Educadora Especial no município de Agudo, no ano de 2008, meu contrato era como Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), substituindo a licença gestante da Educadora Especial da Escola, e já nesta época, os pareceres eram descritivos, elaborados em forma de textos, descrevendo o processo de desenvolvimento das crianças com Deficiência, traziam em sua estrutura, uma linguagem simples, regados de um olhar sensível, evidenciando e registrando cada aprendizagem e cada avanço daquelas crianças com Necessidades Educacionais Especiais que faziam parte das minhas turmas de atendimento.

Talvez esta experiência tenha me trazido uma pequena vantagem ao ingressar na Educação Infantil quando a primeira solicitação de pareceres descritivos me foi feita. Confesso que fiquei um pouco surpresa ao ver que esses eram com questões fechadas, nas quais deveria marcar uma das opções que mais se aproximasse do desenvolvimento das crianças.

Se comunica com uma questão que surgiu na banca de qualificação desta pesquisa: que conceitos de infâncias são produzidos, quando os pareceres de crianças do Atendimento Educacional Especializado (AEE) recebem um parecer descritivo singular, e Crianças da Educação Infantil, recebem pareceres genéricos que identificam apenas cumprimento de etapas e tarefas?

Na Educação Especial, estudamos a teoria da Múltiplas Inteligências de Howard Gardner (1995), que traz a importância de atentar as várias e diferentes inteligências que crianças e adultos desenvolvem, neste sentido, vejo como ponto convergente entre o AEE e a Educação Infantil, visto que já em Reggio Emilia, esta

teoria trouxe aspectos importantes na Educação de crianças. Sendo assim, ressalto novamente a questão feita anteriormente: Por que na Educação Infantil os pareceres são genéricos? (RINALDI, 2018).

Pensar na documentação, desde o parecer até os mais diversos registros produzidos na Escola de Educação Infantil, é pensar nas crianças como um ser completo e integral, é levar a sério todas as crianças. A questão posta pela banca de qualificação desta pesquisa, abriu um caminho para perceber o quão importante é ter essa compreensão. Rinaldi (2018, p. 137), traz esse pensamento sobre a competência do educador e sua amplitude

A competência do educador é definida mais em termos de entendimentos do que de conhecimento puro. Isso indica familiaridade com fatos críticos, de modo a permitir que aqueles que têm essa familiaridade digam o que é importante e levantem hipóteses que se encaixem em cada situação – isto é, o que tem utilidade para aquele que aprende, em uma situação particular.

Trabalhei como Professora de Educação Infantil Pré-escola, por aproximadamente 4 anos e no contraturno com Ensino Fundamental, nos municípios de Paraíso do Sul e Restinga Sêca, como professora contratada, e cada uma destas experiências tem um grande significado em minha trajetória, visto que a cada nova atividade, tenho a possibilidade da comparação entre ações, crescendo e qualificando minha prática educacional.

Como diz Rinaldi (2018, p. 137), “[...] proceder por tentativa e erro não degrada os caminhos didáticos; na verdade, isso os enriquece no plano do processo (quer dizer; do processo e de nossa consciência dele), assim como no plano ético”.

Após este período, no ano de 2016, iniciei minha trajetória na Escola Municipal de Educação Infantil Paraíso da Criança, agora como professora nomeada, passando a trabalhar com bebês e crianças bem pequenas (0 a 3 anos de idade). Foi quando ingressei em um grupo de professores, da região, que estuda sobre a infância, este grupo faz parte do Programa a União Faz a Vida (PUFV)², projeto de assessoria educacional e formativa que o município de Agudo faz parte há alguns anos.

² O Programa União Faz a Vida, é um projeto de assessoria pedagógica as escolas, custeado e realizado pelo Banco SICREDI, não havendo nenhum custo financeiro ao município.

Figura 3 – Atividade com massinha de modelar no período de adaptação com a minha primeira turma na Escola de Educação Infantil/Creche - crianças de 1 ano



Fonte: Registro da pesquisadora.

O Programa, tem como assessora Pedagógica a Professora Queila Vasconcelos, que nos instiga a refletir sobre o trabalho na Educação Infantil, bem como sobre o respeito a infância. Nos momentos de assessoria, trabalhamos sempre com as nossas experiências, com o nosso contexto. Os encontros são mensais, com uma metodologia que abrange o contexto de cada professor estudante. Ou seja, uma união entre a teoria e a prática, a partir de cada projeto realizado pelo professor em seu contexto e socializado e discutido nas formações.

Com certeza essa oportunidade de formação foi um grande, senão o maior, motivador para que eu buscasse aprofundar meus estudos e pesquisas na Educação Infantil. Foi o primeiro movimento para tentar ingressar no Mestrado Profissional.

Essas vivências vão ao longo de minha caminhada ganhando ainda mais força, mesmo com a distância temporal que vai se estabelecendo. Certo dia em uma

orientação de mestrado minha orientadora parafraseou Paulo Coelho, lembrando de uma leitura que havia feito, disse “o deserto está em cada grão de areia, todos os grãos de areia formam o deserto”, me fazendo reforçar a compreensão que cada vivência até aqui foi necessária para a construção humana da pesquisadora.

Ora, mas o que minha história particular tem a ver com o projeto e problema de pesquisa? Penso que tudo! Pois os estudos e reflexões neste trabalho estão encharcados, com as leituras feitas no Grupo de Pesquisa Docência, Infâncias e Formação (DOCINFOCA), tendo como principal referência teórica Edgar Morin, que traz essa ideia complexa das partes e do todo.

Concordo com Morin (2016, p. 135), quando diz da unidade complexa:

O que é preciso compreender são as características da unidade complexa: um sistema é uma unidade global, não elementar, já que ele é constituído de partes diversas e inter-relacionadas. É uma unidade original, não original: dispõe de qualidades próprias e irreduzíveis, mas deve ser produzido, construído, organizado. É uma unidade individual, não indivisível: podemos decompô-lo em elementos separados, mas nesse caso sua existência se decompõe.

Neste movimento andante, entre leituras, conversas, questionamentos, percebi que minha trajetória é o “ponta pé” inicial para minhas dúvidas em relação a documentação pedagógica, de seu processo, sua finalidade, bem como o quanto pode ser um potencial qualificante das práticas cotidianas na Educação Infantil.

Ao longo do Mestrado, minha trajetória foi fulminantemente atravessada primeiramente pela pandemia mundial do coronavírus, fator que em muitos momentos me desestabilizou e confundiu quanto aos objetivos da pesquisa, pela eminência de busca por novas metodologias e prática docentes que alcançassem de forma qualitativa as crianças. Em seguida, ainda na pandemia, outro acontecido chega para me desafiar mais ainda: fui convidada para assumir o cargo de Secretária de Educação e Desporto do município.

Ao aceitar o desafio, em um primeiro momento, pensei que poderia continuar com a pesquisa da forma que ia estruturando-a, porém na qualificação, um novo alerta me põe a repensar os caminhos que vinha trilhando na pesquisa. Agora no cargo de Secretária de Educação precisava repensar a forma de encaminhar e me relacionar com os sujeitos. O esforço neste momento precisava ser também no sentido de resguardar as relações demandas entre os cargos ocupados.

Como eu poderia fazer a coleta de dados agora, nesta posição hierárquica? Não seria mais adequado fazer entrevistas! Volto ao ponto de partida: o projeto que usei para ingressar no Mestrado, pesquisa documental.

Nessas idas e vindas, mudanças de rotas e destinos, vai se delineando a atual pesquisa, em busca sempre de possibilitar e questionar os caminhos da Educação Infantil/Creche na rede municipal de Agudo.

1.1 ÀS VEZES É PRECISO DESCONSTRUIR CAMINHOS PARA VOLTAR A CONSTRUIR NOVOS PERCURSOS

A presente pesquisa, teve como principal propósito, trazer para discussão a documentação pedagógica como processo democrático, possibilitando a participação colaborativa e ativa da comunidade escolar. A discussão da documentação pedagógica como instrumentos participativos de construção de processo pedagógico avaliativo. Importante salientar que quando escrevo sobre a documentação pedagógica, me refiro as documentações produzidas na/para a escola, como Projeto Pedagógico, Plano Global, Planejamentos, Pareceres, bem como os demais registros das ações utilizados pelos professores. Além destes, também as documentações orientadoras e normatizadoras da prática como o Documento Orientador Municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO, 2019) e Regimento Escolar (PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO, 2021).

Conquanto, mesmo em cargo de gestão, continuava minha pesquisa sendo movida por meus desconfortos de professora referência de turma de maternal, todavia, o contexto está transformado. Assim, em visita como secretária de educação a escola onde pesquisava e trabalhava como professora de maternal, pergunto as colegas professoras e gestoras da escola, “como processos democráticos podem fazer parte da prática pedagógica na Educação Infantil?”. Nessa circunstância, sou surpreendida, não com hipóteses, mas com nova pergunta: “Processo democrático é deixar os bebês e crianças bem pequenas escolher tudo o que querem fazer?”.

Neste momento entendo que a documentação pedagógica de forma democrática, só acontecerá se o processo da prática pedagógica que atravessa os registros diários das ações pedagógicas for democrático, bem como, ainda não há um entendimento claro de o que é um processo democrático. A democracia nas ações ainda é entendida como uma liberdade sem responsabilidade.

Para tanto, foi preciso buscar nas raízes da democracia, entender o que de fato faz uma sociedade democrática. Nestas buscas, entendemos que para que a escola fomente este espírito social e democrático, é imprescindível processos de organização cooperativa.

Neste sentido, Dewey, coloca que a educação para a democracia precisa que a escola se torne um lugar de vida para a criança, de modo que ela seja um membro social, sentindo-se pertencente deste, contribuindo e participando das ações lá desenvolvidas (WESTBROOK; TEIXEIRA, 2010).

Sendo assim propomos como objetivo geral deste projeto de pesquisa: analisar e compreender a relevância da Documentação Pedagógica no processo de práticas educacionais democráticas na Educação Infantil/Creche. Os processos de implementação e elaboração da documentação pedagógica democrática, torna-se contexto problemático inicial de pesquisa e proposta de produto: ponto de partida e chegada para essa investigação.

Até o ano de 2020 o município de Agudo contou com uma EMEI que atende aproximadamente 200 bebês e crianças bem pequenas de 0 a 3 anos e onze meses, em período integral e uma escola particular, que atende aproximadamente 40 bebês e crianças de 0 a 5 anos e 11 meses.

Esta escola se localiza no perímetro urbano da cidade. Atualmente o município tem por volta de 17 mil habitantes, sendo aproximadamente 5 mil no perímetro urbano.

O atendimento de crianças pequenas de 4 a 5 anos e 11 meses (pré-escolas), na rede municipal, é realizado nas demais Escolas Municipais de Ensino Fundamental (EMEF), ao total sete escolas municipais.

Quando iniciou a pandemia, a única escola particular de Educação Infantil do município, acabou encerrando suas atividades, sendo assim as crianças que lá eram atendidas foram matriculadas na rede municipal de ensino, aquelas de 0 a 3 anos e onze meses foram matriculadas na única EMEI – Creche, e as demais nas EMEFs mais próximas de suas residências.

No início do Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), fiz uma tentativa de organização dos sujeitos de pesquisa, enviando um questionário a todos os servidores e famílias que constituem a Creche em que a época trabalhava. O questionário foi enviado ainda em 2020, buscando averiguar quantas pessoas participariam de um grupo de conversa sobre avaliação na Educação Infantil.

As 200 famílias da Creche receberam o questionário, bem como 30 professores e os 13 servidores, no entanto recebi apenas 15 respostas devolutivas, sendo 9 professoras e 6 de familiares. Destes, 7 professoras aceitaram o convite para conversar sobre o assunto da pesquisa, que naquele momento ainda era a documentação pedagógica e avaliação na Educação Infantil, e somente duas mães aceitaram fazer parte do grupo de conversas.

O pouco retorno destes questionários, também foi um fator que me fez refletir sobre a participação nos processos educacionais na creche, ampliando as dúvidas e questionamentos. Me fazendo pensar sobre: por que as famílias escolhem não participar destes processos? Por que pouquíssimos professores se propõem a participar de conversas sobre seus fazeres? Por que os funcionários optaram por não participar, nem mesmo da resposta ao questionário? E quanto mais avançava no processo de pesquisa, mais compreendia que minha problemática estava ancorada na construção de processos de participação e diálogo.

Todos estes elementos e/ou ausência, me fizeram repensar, pensar, e somar dúvidas e questionamentos, reafirmando minha intenção de pesquisar a vida na Creche e a garantia da promoção de processos democráticos com os sujeitos da educação.

Porém, como anteriormente citado, agora deixo para outro momento a pesquisa com sujeitos e entrevistas, tendo então como “novo” procedimento a pesquisa documental, fazendo assim todas as perguntas as documentações encontradas na Escola, produzidas nos anos de 2016 a 2020.

1.2 POTENCIAL DEMOCRÁTICO: PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR NA DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA

A vida na creche é intensa e movimentada, muito conceitos, dúvidas, sujeitos, e processos acontecem de forma concomitante e paralela, vivências e experiências surgem e acontecem a cada segunda, mas aqui foi dialogado e refletido há participação, se há possibilidades cooperativas, se há processos democráticos, e quais são as suas potencialidades no fazer e documentar.

Para tanto, inicio a conversa pensando e refletindo sobre democracia, um conceito discutido há muitos anos, se o conceito já é complexo, a ação democrática mais ainda. Para entender melhor este conceito busco várias leituras de relevância

para o estudo. Dessa forma, início este subcapítulo com o conceito elaborado por Edgar Morin, em seu Livro “Os sete saberes necessários à educação do futuro”, diz

[...] a democracia é um sistema complexo de organização e de civilização políticas que nutre e se nutre da autonomia de espírito dos indivíduos, da sua liberdade de opinião e expressão, do seu civismo, que nutre do ideal Liberdade/Igualdade/Fraternidade, o qual comporta uma conflituosidade criadora entre estes três termos inseparáveis (MORIN, 2000, p. 108).

O civismo ideal citado por ele, fixado na bandeira da França, tem uma carga histórica, visto que este foi o lema da Revolução Francesa, sendo este o grito de liberdade contra governos opressores, que deu origem ao lema da nossa bandeira gaúcha, “Liberdade, Igualdade, Humanidade”. Assim, é possível perceber que os ideais democráticos têm gravados na história da humanidade, muitas lutas, reforçando a ideia de que democracia é um ato de resistência e luta.

Na educação, não é diferente. Dewey, traz a diferença entre comunidade e sociedade, sendo a segunda uma associação, que pode acontecer por variados fatores sociais; já comunidade é uma união mais compreensiva, unidas em ações e pensamentos. Neste sentido, toda a educação, dentro e fora do contexto escolar, é marcada pela socialização e sua qualidade será relativa de acordo com as características e hábitos do grupo (DEWEY, 1979).

As relações de poder, são evidentes nestes processos educativos, podemos senti-las na vida cotidiana na Creche, nas normas e legislações, poder dos líderes sociais, que se utilizam de discursos de defesa aos direitos civis e dos cidadãos, pondo seus desejos acima do povo. Dewey, me põe pensar sobre estas relações de igualdade, segundo ele,

Equivale a isto dizer que não há grande número de interesses comuns; não há livre reciprocidade do dar e receber entre os membros do grupo social. O estímulo e a reação mostram-se muito unilaterais. Para terem numerosos valores comuns todos os membros da sociedade devem dispor de oportunidades iguais para aquele mútuo dar e receber (DEWEY, 1979, p. 90).

A escola como espaço democrático, deveria considerar a participação dos membros desta microssociedade. Entendo que a escola tem como principal objetivo a educação e a transformação e superação das desigualdades sociais através dela, podemos perceber que ações cooperativas e participativas, com objetivos em comum, são o pilar deste processo democrático.

Pensando nestes pressupostos, formulei meu próprio conceito de processos democráticos, conceito este para delimitar e delinear os caminhos feitos na pesquisa. Trago aqui como processo democrático, o respeito aos direitos das crianças e bebês, ao olhar complexo da professora, as opiniões e participações da família, as possibilidades de colaboração e cooperação nos registros e produções de documentações, que retratam e comunicam a vida e a alegria das crianças em suas jornadas experimentais e investigativas na Creche.

Neste sentido, articular a documentação pedagógica e ações democráticas é uma tentativa/convite/movimento em direção ao diálogo e a colaboração a práticas de empatia e profundo respeito e espaço a participação de todos. É um caminho de construção de outras possibilidades do fazer pedagógico protagonizado por outros sujeitos. Tendo aqui como documentação pedagógica todos aqueles documentos e registros guardados na Instituição e elaborados pelos professores, com a participação das crianças, bem como aqueles que orientam e normatizam os processos pedagógicos, como poderemos concluir ou verificar a participação democrática nesta construção?

Segundo Teixeira (1956, p. 14),

Os processos democráticos de educação requerem, assim, antes de tudo, a transformação da escola em uma instituição educativa onde existam condições reais para as experiências formadoras. A escola somente de informação e de disciplina imposta, como a dos quartéis, pode adestrar e ensinar, mas não educa. Nesta escola, a democracia, se houver, será a dos corredores, do recreio, dos intervalos de aula, desordenada, ruidosa e deformadora.

Trazendo este pensamento para a vida na Escola de Educação Infantil, onde ocorreu a pesquisa, considerando que nela o brincar livre não ocorre apenas nos momentos de recreio, visto que se trata de educação de crianças de 0 a 3 anos, ainda não podemos afirmar que esta tem em todo momento processos democráticos. Mesmo não havendo conteúdos engessados como no Ensino Fundamental, por muito tempo os registros de desenvolvimento das crianças eram apenas com questões fechadas, seguindo o que se pretendia antecipar ou preparar para a próxima etapa da Educação Básica.

Para tanto, após tantas leituras e discussões acerca do conceito, fez-se necessário conceituarmos a prática democrática no processo de documentar. Este processo dar-se-á pela ação cooperativa, que considera a alegria de viver das

crianças na escola, como ponto de partida e ponto de chegada no percurso de aprendizagem de mundo. Já que entendemos que as crianças não aprendem e constroem em si mesmas, mas sim com: com outras crianças, com adultos, com a natureza, enfim com recursos que estão compondo suas vivências na Creche.

E é neste movimento que vamos pensar os processos democráticos de documentar a vida na creche. O processo de documentar, para ter uma ação democrática, precisa fundamentalmente de espaço e participação, ao planejamento, ao refazer e tornar a planejar, tendo como fundamentos do pensar democrático a participação, o diálogo, a iniciativa e a cooperação, bem como o trabalho em equipe.

Sendo assim, nos propomos a pensar e investigar qual o papel da documentação pedagógica no processo de encorajamento e fortalecimento de práticas educacionais democráticas na Educação Infantil/Creche.

2 PROCESSO METODOLÓGICO: DESENHANDO CAMINHOS

Ao ingressar no Mestrado Profissional, PPPG/UFSM, estava convicta e certa sobre o que iria pesquisar, objeto de pesquisa pronto e fechado, ou seja, meu projeto seria sobre a documentação pedagógica na Educação Infantil de 0 a 3 anos, na única Escola de Educação Infantil do município de Agudo.

Cheia de certezas, com todas as respostas, já na primeira aula, após discussões e leituras, saí da Universidade desconstruída. A confiança sobre o que eu iria pesquisar já não existia, à medida que leituras gostosas e outras nem tanto iam sendo sugeridas, minhas garantias diminuía e as perguntas se tornavam incontáveis.

Questões como o que realmente eu quero saber sobre a Educação Infantil? O que me motiva e me desacomoda nas práticas atuais realizadas na Educação Infantil? Qual, afinal, será o meu objeto de pesquisa? Qual é o meu problema de pesquisa?

Entre as certezas e incertezas frente a minha prática, a metodologia da escola em que trabalhava e o que eu realmente busco de respostas, leituras e discussões nas disciplinas começam a se entrelaçar, modificando os rumos da minha trajetória, bem como o tão difícil encontro com o objeto/tema da pesquisa.

Na leitura e releitura repetida do texto de Marre (1991), começa a aparecer um novo entendimento sobre a busca e definição do tema de pesquisa. Começo, então, entender que a ruptura das certezas é indispensável no trajeto que escolhi percorrer, pois me leva a encontrar os erros no que está posto, mudando perspectivas já definidas por mim, quase como estabilidades e cômodas.

Neste sentido, fica claro o vai e volta metodológico, que se faz necessário em uma pesquisa que busca pesquisar o meu contexto atual, e as teorias já existentes a cerca deles, a partir do entendimento sobre como compreender “[...] dialética descendente e dialética ascendente [...]” (MARRE, 1991, p. 03) e como elas transitam por toda a pesquisa.

No movimento acerca da pesquisa, idas e vindas, rupturas e solidificações a respeito do objeto de pesquisa. Além destes caminhos, que vão se construindo no decorrer do curso de Mestrado Profissional, é importante citar, as orientações e

desorientações³. Estas conversas vêm ao encontro dos ensinamentos de Freire (1994), quando coloca a importância do papel do orientador, o qual ambas as professoras exercem de maneira admirável.

O papel do orientador, por isso, não pode ser o de programar a vida intelectual do orientando, estabelecendo regras sobre o que ele pode e não pode escrever. O papel do orientador que realmente *orienta*, que acompanha as dúvidas do orientando, a que sempre junta mais dúvidas, é, de maneira aberta, amiga, ora aquietar, ora inquietar o orientando (FREIRE, 1994, p. 272).

Enfim, nestas idas e vindas metodológicas, vou traçando os caminhos metodológicos que serão percorridos, com percursos que perpassam a teoria e a prática, com o objetivo de aproximá-las a ponto de ambas tornarem-se intrínsecas.

Foi então que participei, na primeira semana do ano de 2020 (06 a 10 – 01-2020)⁴, de um projeto de extensão, intitulado “Entrelaçando docência, infância, formação e pesquisa com crianças”, organizado pelo Grupo de Pesquisa DOCINFOCA. Foi um período de muito trabalho conjunto, muitas aprendizagens, trocas e angústias aconteceram, que acabaram me conduzindo a uma nova restauração e desorganização, pois parecia que não fazia muito sentido estar aqui já que não conseguia encontrar o meu problema.

Uma semana intensa, com muitos aprendizados sobre metodologias, possibilidades metodológicas, liberdade e novamente democracia, assim fui me cercando de pontos onde gostaria de chegar, percebendo as verdades ocultas que na maioria das vezes não vemos, já que estamos em um outro local.

Entendi neste momento que o projeto inicial elaborado para ingressar no Metrado Profissional, do PPPG e sua estrutura não deveriam ser deixados de lado, eu precisava dele o tempo todo, percebi também a importância de buscar leitura de outros autores e contextos para fundamentar minha pesquisa e entendimento sobre as possibilidades de democracia e adentrar com força a pesquisa.

Nestes encontros fomos provocados a pensar em uma imagem, filme, livro que pudesse ser usado como metáfora a nossa pesquisa, quase que de imediato, pensei

³ O termo desorientações é usado no sentido, anteriormente citado, como questionamentos a respeito da pesquisa, estes feitos pela professora orientadora e professora da disciplina de Gestão e contextos: pesquisa, formação, políticas e cotidianos na educação, respectivamente Taciana C. Segat e Graziela Escandiel.

⁴ Semana de encontro de estudos e trocas com o Grupo de Pesquisa DOCINFOCA, que ocorreu nas dependências do Centro de Educação (CE), UFSM, Santa Maria.

no filme Malévola, e depois disso não consegui mais pensar na minha pesquisa, sem relacionar a história contada no filme. Passei a ver a Documentação Pedagógica como a personagem, a qual sua “verdade” é contada de diferentes perspectivas, às vezes, boazinha, outras muito má, ou às vezes, apenas uma fada madrinha. O que muda sempre é quem a conta e de que lugar a conta.

Assim, vejo a Documentação Pedagógica, às vezes uma vilã, difícil de ser construída, envolta de cenas montadas, sem vida, sem o que realmente a criança está aprendendo e querendo descobrir; outras vezes, uma fada madrinha, que auxilia a educadora nos processos de aprendizagem, registrando cada passo e cada conquista da criança, para que possam ser elaborados novos planejamentos. Por outro lado, um aglomerado de mais papéis necessários e exigidos pela gestão. Tendo assim várias faces, verdades, olhares.

As leituras vão se somando e contribuindo, ou confundindo. Por vezes, a necessidade de parar e deixar um pouco de lado a escrita se fazia importante para reorganizar o pensamento. Foi então que me encontrei com Edgar Morin nos encontros do DOCINFOCA, e neste momento muitas outras dúvidas surgiram, e as poucas certezas que habitavam minha mente, dobraram a esquina e rumaram para longe.

Se para mim no início do processo de pesquisa era claro o conceito de documentação, ao longo do percurso surgiram dúvidas até do uso deste termo ao me referir sobre o conjunto de produções de registros e avaliações na Educação Infantil, aliás, uma dúvida insiste em me encontrar em cada esquina que viro. Quem tem sido avaliado na Educação Infantil? Junto com ela, várias outras surgem, como quais são e como tem funcionado as políticas de avaliação na Educação Infantil? Como pode-se fazer o registro dessas avaliações? Isto é documentação?

Ao mesmo tempo em que penso e leio para elaboração da minha pesquisa, a orientadora sugere a escrita de um artigo, cujo tema escolhi: avaliação na Educação Infantil. Assim, confirmando que neste momento o que mais me intriga é este processo, começo a pensar: Onde está o educador infantil? Qual seu protagonismo na educação de crianças de 0 a 3 anos? Que espaços dialógicos criativos, reflexivos e democráticos são capazes de viabilizar práticas pedagógicas fundamentadas na solidariedade, na ética, na paz e na justiça social?

Parece que quanto mais leio, quanto mais pesquiso, diálogo, ouço, mais dúvidas aparecem, mais bifurcações no caminho e, assim como nas cidades de Lego

que monto com minha filha, surgem novos quarteirões, novas ruas, com novos moradores, alguns que ficam por um longo tempo, outros fazem curtas temporadas, se distanciam, mas retornam insistentemente.

Neste percurso, ganha força a busca pela compreensão das peculiaridades vividas nas práticas pedagógicas da Educação Infantil/Creche, como um caminho possível e potente para o delineamento de processos participativos e democráticos na elaboração de documentação pedagógica. Para tanto, será necessário compreender como acontece a construção de Documentação Pedagógica como diálogo e representação da prática na escola de Educação Infantil.

Nesta altura da pesquisa, reconheço a produção e concentração teórica criada nos últimos anos sobre Documentação Pedagógicas, Documentos e Documentar. Temos uma vasta bibliografia que se inicia em Mallaguzzi, Rinaldi e que vem sendo criada e recriada ao longo dos anos por autores como Fochi⁵, Pinazza⁶, Mendonça⁷, Junqueira Filho⁸, entre outros. Tendo o estudo de todos os autores citados, senti a necessidade ajustar e elaborar meu próprio entendimento/conceito de Documentação Pedagógica, me senti confortável para fazê-lo após desafio da banca no processo de qualificação.

Desta forma, utilizo neste trabalho de dissertação o entendimento de que a Documentação Pedagógica é a união de documentos elaborados com o objetivo de regular e organizar os fazeres na escola, em composição com os documentos produzindo na vida latente das experiências de viver os tempos e espaços na Creche pelos sujeitos da Educação Infantil. Vale ressaltar, que para esta pesquisadora, a palavra documentos faz referência e leva a pensar, naqueles documentos como por exemplo o Registro Geral de cada cidadão, que fica guardado dentro da carteira e só é lembrado quando solicitado por alguém, por este motivo, classifico como documentação pedagógica, tudo o que está presente no dia a dia da escola, sendo manuseado constantemente, como potencializador das práticas, apoio, recurso de pesquisa e reflexão, não apenas como comprovatórios de cumprimentos burocráticos.

Para ilustrar este entendimento, a figura abaixo demonstra como organizei, o desenho conceitual de documentação pedagógica, para este trabalho de dissertação,

⁵ Sugestão de leitura para aprofundamento: Fochi (2019).

⁶ Sugestão de leitura para aprofundamento: Pinazza e Fochi (2018).

⁷ Sugestão de leitura para aprofundamento: Mendonça (2013).

⁸ Sugestão de leitura para aprofundamento: Ceron e Junqueira Filho (2017).

incluindo documentações já elaborados na/para a escola local da pesquisa, delimitando quais destas compõe a Documentação Pedagógica.

Figura 4 – Documentação pedagógica: delimitando e exemplificando



Fonte: Elaborado pela autora.

O primeiro objetivo específico é contextualizar, mapear e estudar os registros e documentações pedagógicas existentes na instituição, de maneira a organizar os instrumentos de coleta de dados e qualificando o próprio processo de pesquisa.

O segundo objetivo específico, foi construir recursos metodológicos que viabilizassem a pesquisa, de maneira a construir percursos e caminhos de reflexão e estudo das documentações produzidas na/para a escola.

O terceiro objetivo específico é buscar na história da Educação Infantil, percursos e embasamento sobre as práticas pedagógicas ao longo da história da Educação Infantil.

O quarto objetivo específico criar um espaço on-line de partilha e dicas de formas documentar a vida na Creche, que possibilite a participação de todos os professores, famílias e servidores que optarem por participar. Sendo este, o Produto, visto que é um critério do Mestrado Profissional. O repositório de documentações pedagógicas, com sugestões e com materiais produzidos na escola, poderá também ser fonte para futuras pesquisas e acompanhamento dos processos educativos das crianças EMEI.

A partir destes objetivos, proponho construir possibilidades para representar os processos vividos a partir das propostas pedagógicas realizadas na escola. Levando em conta a metodologia utilizada pelas professoras de Educação Infantil para escolha de materiais e recursos a serem documentados, enfatizando a participação e diálogo entre todos os sujeitos envolvidos no processo pedagógico na Creche.

2.1 CAMINHOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa se desenvolveu em uma abordagem qualitativa, visto que considera o contexto de trabalho da pesquisadora.

Sua natureza é aplicada e implicada, considerando que traz o interesse local e pretende buscar soluções para problemas concretos, embora de soluções muito subjetivas, para que possa perceber a potência da participação, autonomia e diálogo, como movimentos democráticos nos processos vividos na Creche.

Esta pesquisa fez seus caminhos na escola em que trabalhava como professora de maternal até o ano de 2020.

Os objetivos da pesquisa são exploratórios, visto que a coleta de dados aconteceu a partir da pesquisa bibliográfica nos documentos existentes na escola.

Tem como procedimentos pesquisa documental, buscando qualificar as ações na Creche de forma colaborativa, documentações pedagógicas existentes na escola, tendo como marco temporal de 2016 a 2020, sendo o Projeto Pedagógico, pareceres, Plano Global, Documento Orientador Municipal, Regimento Escolar, Currículo Emergencial, Plano de ação para regulamentação do ensino remoto e livros de histórias as fontes para a coleta de dados.

A escolha por estes documentos deu-se pelo fato de serem apenas estes que estavam arquivados na escola, visto que portfólios, álbuns entre outros foram entregues as famílias e não ficou nenhum exemplar arquivado nem para registro.

É importante também destacar que esta é, portanto, uma pesquisa documental, pois usa documentações como fonte de dados, possibilitando obter informações para compreender o fato pesquisado, estes não necessariamente são apenas escritos, podem ser também imagens e vídeos, enfim ações registradas que possibilitem coleta, análise e interpretação de dados (LIMA JUNIOR et al., 2021).

A opção pela pesquisa documental se deu por minha condição atual, por entender que se fosse uma pesquisa de outra natureza com o envolvimento de outro sujeitos, com era minha proposta inicial, poderíamos ter um conflito de interesses, visto que o cargo de secretária de educação me coloca hierarquicamente em uma situação que eticamente⁹ poderia ser inadequada, gerando dados distorcidos.

2.2 OBJETOS OU INSTRUMENTOS DE PESQUISA

O processo de tornar-me pesquisadora é muito complexo e tem algumas vezes organizado e em outras desorganizado os caminhos, inicialmente pretendia fazer uma pesquisa com entrevistas e rodas de conversas, para isso havia organizado um questionário inicial. Porém, conforme a pesquisa foi abrindo novos caminhos, esta ideia foi ficando para trás. Então, comecei a reorganizar as estratégias e espaços da pesquisa.

Foi estudada documentação produzida na/para escola no período de 2016 a 2020, que se encontravam nos arquivos na EMEI. Sendo as seguintes:

⁹ Sugestão de leitura sobre ética na pesquisa: Associação Britânica de Pesquisa em Educação (2022).

Quadro 1 – Documentações analisadas

Documentações Normatizadores	Documentações Organizadores	Documentações Experenciais
Plano Global	Projeto Político- Pedagógico	Pareceres
Documento Orientador Municipal		Livros de histórias
Regimento Escolar		Caderno de Chamada
Currículo Emergencial		
Plano de ação para regulamentação do ensino remoto		

Fonte: Elaborado pela autora.

2.3 PROPOSTA DE PRODUTO

Como um dos critérios para obtenção do título de Mestrado Profissional, temos a construção de um produto, resultado do processo de pesquisa da dissertação. O projeto de produto desta pesquisa é criar um repositório de documentações pedagógicas, com sugestões e com materiais produzidos na escola, para futuras pesquisas e acompanhamentos dos processos educativos das crianças.

Este repositório, poderá possibilitar uma prática democrática, contemplando critérios citados por Moss (2009), como o respeito a diversidade, reconhecer múltiplas perspectivas, como diversas formas de visualizar e compreender o mundo, acolher a subjetividade, a curiosidade e incertezas, além de incentivar o pensamento crítico.

O produto desta pesquisa, está pautado na participação e diálogo dando transparência ao processo cotidiano vivido na creche, bem como viabilizar a continuidade no processo educativo das crianças que habitam esta escola, além de deixar marcado e registrada sua história. Um recurso que possibilitara revisitar os

processos pedagógicos e percursos percorridos pelas crianças e adultos que por lá passam.

Tal produto, foi criado de forma digital, online, com possibilidade de participação, visibilidade pública de todos sujeitos inseridos no contexto escolar da EMEI. A plataforma utilizada para fazer este diálogo, será o *Padlet*, uma plataforma de construção colaborativa, que permite usuários cadastrados e não cadastrados a participar das publicações, dando assim um movimento e diálogo.

3 UM POUCO DE HISTÓRIA: PERCURSOS HISTÓRICOS E LEGAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Por uma ideia de criança

*Por uma ideia de criança
Por uma ideia de criança rica,
na encruzilhada do possível,
que está no presente
e que transforma o presente em futuro.*

*Por uma ideia de criança ativa,
guiada, na experiência,
por uma extraordinária espécie de curiosidade
que se veste de desejo e de prazer.*

*Por uma ideia de criança forte, que rejeita que sua identidade seja
confundida com a do adulto, mas que a oferece
a ele nas brincadeiras de cooperação.*

*Por uma ideia de criança sociável, capaz de se encontrar e se confrontar
com outras crianças
para construir novos pontos de
vista e conhecimentos.*

*Por uma ideia de criança competente,
artesã da própria experiência
e do próprio saber
perto e com o adulto.*

*Por uma ideia de criança curiosa,
que aprende a conhecer e a entender
não porque renuncie, mas porque nunca deixa
de se abrir ao senso do espanto e da maravilha
(FORTUNATI, 2021, p. 18).*

Todo peregrino ou viajante, carrega consigo um objeto que usa como recurso para orientar seu percurso, podendo ser um mapa, uma bússola, ou tempos tecnológicos um GPS (Sistema de Posicionamento Global), que apresenta a ele caminhos possíveis, mais curtos ou mais longos, com pontos de chegada e pontos de partida. Nesta pesquisa, a história da Educação Infantil teve este sentido, servindo como um GPS, mostrando os caminhos e lutas para uma Educação Infantil de qualidade, pública e gratuita.

Por este motivo, construí um quadro, como uma grande linha do tempo, que por um longo trajeto, andei com ele presente no corpo da pesquisa, que a cada dúvida de qual esquina dobrar, estudava novamente, ponderando para que lado continuaria a jornada.

O quadro contido no Apêndice A, não me deixa esquecer em nenhum dos percursos que escolhi caminhar, o quão longa e também de certa forma curta em temporalidade, é a luta por uma Educação Infantil de qualidade para bebês e crianças bem pequenas, passando por paragens no assistencialismo e a dificuldade de dissociar da ação assistencial como garantia de um direito que à época era das mães trabalhadoras e hoje tornando-se um direito de Educação das crianças. Por ter esta importância ele fica presente nos anexos, pois deixa de fazer sentido no texto, mas tem importância para a construção da pesquisa(dora).

A partir disto, percebe-se que nas últimas décadas a Educação Infantil vem ganhando grande evidência na sociedade brasileira. A criação de legislação própria torna pública e gratuita a oferta de vagas para crianças de 0 a 3 anos em escolas, não sendo este ingresso obrigatório.

Essa é uma luta que vem tomando espaço, a partir das conquistas da mulher no mercado de trabalho. Sendo assim a inserção de bebês e crianças bem pequenas no espaço escolar está diretamente vinculado às conquistas femininas.

Ainda é possível perceber nesses espaços que atendem crianças de nível creche (0 a 3 anos e 11 meses), uma grande discussão e estudos sobre o que e como atender essas crianças, tendo muitas vezes a dissociação do educar e cuidar, parecendo haver uma ruptura entre essas duas ações, muitas classificando o cuidar na escola como uma ação de assistencialismo.

Historicamente a Educação Infantil tem início em instituições de cunho assistencial e saúde, sendo garantida apenas para crianças cujo as mães fossem trabalhadoras. Assim era direito das mães trabalhadoras que seus filhos frequentem instituições de cuidado e zelo.

Conforme Kuhlmann Junior (2003), a expansão da Educação Infantil, começa a aparecer em meados de 1890 no Brasil, com um cunho higienista e assistencial. Confirma este autor,

No livro do Centenário [...] O redator Carlos Costa, médico especialista em moléstias de crianças, que, segundo o mesmo artigo, havia criado em **1892** a Sociedade de Higiene do Brasil, de curta duração, que visava a auxiliar a assistência pública de indigentes, crianças, inválidos, alienados etc. O jornal *Mãe de Família* tem importância para nossa história, pois remete à primeira referência da creche de que se tem registro no país, [...] (KUHLMANN JUNIOR, 2003, p. 471).

A partir da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988), em emenda constitucional, a educação passa a ser um direito da criança. Desde então há um grande avanço em relação a qualidade desta etapa da Educação Básica. Conforme citado anteriormente, há um grande avanço na legislação para tal, assegurando a garantia de vaga e qualificando o atendimento.

Os movimentos pela Educação Infantil, iniciaram historicamente com a preocupação em reduzir a mortalidade infantil, já no período das cortes, as crianças eram criadas por amas de leite e longe da família, muitas delas morriam ainda muito cedo, desencadeando uma grande preocupação em relação a necessidade de perpetuar a família e seus herdeiros.

Com uma preocupação no futuro e bem-estar dessas famílias, médicos sanitaristas começam uma movimentação e pesquisas para diminuir esta mortalidade, esclarecendo sobre a importância da higiene e do convívio com a mãe desde a tenra idade.

No texto “O cotidiano da criança livre no Brasil entre a colônia e o Império” de Mary Del Priore (1997), a autora traz fatos sobre como se dava a infância no Século XVIII, desde o nascimento. Expõe e compara as concepções de infância, cuidados e até mesmo mitos e crenças sobre bruxas, que eram relacionados às doenças e mortalidade das crianças, às diversas culturas.

Além do leite, com a preocupação de dar o que comer as crianças, lhes eram oferecidas a elas papinhas engrossadas com farinha. Desde muito pequenas, já recebiam a alimentação muito parecida, ou até mesmo, igual à dos adultos, sem muita preocupação com a qualidade e a necessidade dos bebês (DEL PRIORE, 1997).

Os cuidados e carinhos também eram diferenciados de acordo com a cultura da família. Crianças e bebês indígenas e filhos de escravos, tinham o amor e o carinho de suas mães, enquanto os filhos da realeza, tão logo nasciam eram entregues para amas de leite, sem o afago de suas mães, retornando quando tivessem um comportamento e educação adequados ao convívio com adultos.

Considerando as várias hipóteses da mortalidade infantil, José Maria Teixeira, em 1887, traz seu estudo sobre as causas da mortalidade infantil, tendo como exemplo destas, o abuso de comidas fortes e impróprias para bebês, vestimentas que não estão de acordo com clima, entre outras doenças.

Neste sentido Kuhlmann Junior (2003), expõe o que parece um marco inicial na preocupação com a infância, os primeiros movimentos relativos à educação da tenra idade:

Transitando dos corpos individuais ao tecido social e vice-versa, a ordem médica constitui a infância em tema caro, a ponto de defender que seus ramos se transformasse na “sciencia da infância”, como enumera o DR. Guimarães, em 1858, referindo-se à ciência da higiene. A radicalidade expressa nesta posição convive com uma perspectiva colonizadora desse saber, em cuja órbita foram instalados temas tais como o quartel, hospitais, clima, topografia, águas, ar, bordel, cidade e escola. Ou seja, tratava-se de uma racionalidade que também deveria se ocupar da infância, colocando-a no âmbito do extenso projeto de modelação higiênica dos sujeitos e do social. No que se refere à infância, tratava-se de prescrever procedimentos, cujo início se daria no controle das condutas anteriores dos pais, estendendo-se até a “idade dos colégios”, demarcando fronteiras e instituindo empréstimos entre o espaço da casa e o da escola. Nessa linha, tal discurso auxiliou na construção da própria ideia de família, infância e escola (KUHLMANN JUNIOR, 2003, p. 290).

A partir desta afirmação percebi que o respeito e o cuidado com a infância têm início em ambientes não escolares, tendo como principais locais hospitais, asilos e até mesmo junto a fábricas que as mães trabalhavam.

O nosso “pluralismo étnico e cultural” carrega as marcas de uma colonização discriminatória que foi contra a natureza e as culturas distintas, que se assentou no regime escravista, o qual constitui sua população produtiva explorando indígenas, africanos, europeus e asiáticos cujos sobreviveram ao exílio. A data que marca a chegada oficial dos portugueses ao litoral baiano, com a tomada de posse do território para a sua colonização, aponta que

O Brasil, é um grande território, com uma grande e rica diversidade cultural, traz as marcas da colonização em vários aspectos, estas nem sempre positivas, visto a exploração aos indígenas e a escravidão, por parte dos colonizadores. Kuhlmann Junior (2003), traz esta reflexão, em “Educando a Infância Brasileira”, e confirma a relevância destas histórias na consolidação da sociedade brasileira. O sentido dessa história, que não é a de um país que surge do nada. Falar de 500 anos de Brasil é falar de 500 anos de internalização. Temos sido parte constitutiva das transformações ocorridas na sociedade capitalista ocidental – nas relações de trabalho, na técnica e na atividade produtiva, na cultura, na educação infantil, etc. [...] (KUHLMANN JUNIOR, 2003, p. 469).

As instituições de Educação Infantil no Brasil começam a surgir na década de 1870, ou seja, há pouco mais de um século.

Praticamente junto com essa ideia, vem a abordagem assistencial, principalmente após a promulgação da Lei do Ventre Livre. Aparece neste momento a creche, que surge em salas de asilos, na França. Além desta, surgiu também os jardins de infância, para crianças acima de 2 anos, mas que ainda não tinham idade para frequentar a escola. Seguiam modelos educacionais que se diferenciavam, inclusive, de acordo com classe social.

Segundo Kuhlmann Junior (2003, p. 472),

As crianças mais velhas não precisariam ficar o tempo inteiro no ambiente familiar. Não apenas as pobres, mas também as de classe média e alta e mesmo as pertencentes às famílias da Corte, no Rio de Janeiro, encontrariam no "jardim-de-infância" um lugar propício ao seu desenvolvimento e ao cultivo de bons hábitos. A creche, para os bebês, cumpriria uma função de apoio à família e seria exclusivamente para quando as mães necessitavam trabalhar. Isso significava, à época, as mulheres pobres e operárias.

Sendo assim por muitas décadas a educação infantil continuou com caráter assistencial e como um direito das mães trabalhadoras. Foi por um tempo tão longo que ainda vemos nos dias atuais, escolas que vinculam a vaga na educação infantil apenas as mães que trabalham. Porém foi com a Constituição Federal de 1988, que este direito passou a não ser mais das mães, e sim das crianças.

3.1 A LEGISLAÇÃO A FAVOR DA GARANTIA DE ACESSO À EDUCAÇÃO INFANTIL

Após este breve histórico dado pela revisão bibliográfica, trago uma linha do tempo com os principais marcos legais na história da educação infantil no Brasil. Estes surgem e avançam para a garantia de acesso à educação infantil, para todos os bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas.

Primeiramente é possível perceber a preocupação do acesso a filhos e filhas de mães trabalhadoras, resultado das lutas femininas pelo direito de igualdade social. No decorrer dos anos este direito passa a ser das crianças, mudando assim também os órgãos responsáveis pelo atendimento, da assistência para educação.

Nos 60 anos apresentados do quadro (Apêndice A), é possível verificar complexas e gigantescas transformações, pode-se perceber que a luta pelo direito de educação infantil de qualidade percorre vários âmbitos que não perpassam apenas a educação. Contudo, também percebemos continuidades que precisam ser urgentemente separadas, rompidas.

Após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), vários marcos legais vêm sendo discutidos e promulgados, sempre com a preocupação ao acesso gratuito e de qualidade, de todas as crianças, agora em espaços exclusivamente educacionais, desvinculados da assistência social.

Porém a legislação e documentos legais por si só, não garantem a qualidade de Educação Infantil. É necessário um estudo contínuo e aprofundado sobre a educação e o desenvolvimento de bebês, crianças bem pequenas e crianças pequenas¹⁰. Nunes e Corsino (2011, p. 343), confirmam esta afirmação:

Mas como já foi abordado anteriormente, os documentos por si sós não garantem a ação efetiva nem a transformação, pois é de responsabilidade prioritária dos municípios a oferta e gestão da educação infantil, cabendo a cada um dos 5.564 a formulação e execução de suas políticas.

As autoras fazem referência aos Parâmetros de Infraestrutura e Qualidade na Educação Infantil, que estão documentados e foram publicados pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 2006. Nestas publicações estão listados vários aspectos que devem ser considerados como orientações para qualificar os espaços físicos e ambientes.

Entre estes aspectos está a importância da garantia de formação e estudos, nos quais professores tem direito de acesso e permanência na escola.

Dessa perspectiva, a formulação de propostas e projetos é um trabalho que exige estudos, reflexões, tempo e espaço de discussão nas unidades escolares, além do fortalecimento do trabalho de equipe. Fatores que remetem a dois pontos inter-relacionados e ainda frágeis na consolidação da área: as condições de trabalho dos professores e sua formação inicial e continuada (NUNES; CORSINO, 2011, p. 344).

A partir destes referenciais históricos, fica claro o quanto é longo o caminho em busca da garantia do direito universal à Educação Infantil de qualidade e gratuita. Houve muitos avanços, porém, vem acontecendo, também alguns retrocessos em vias de gestão pública.

É importante citar como avanço, os atuais estudos referentes a BNCC (2017), visto que esta, tem como maior objetivo garantir que as crianças público-alvo da educação infantil tenham seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento garantidos, em esfera Nacional.

¹⁰ Classificação dada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC (2017)).

A BNCC (2017) tem origem inicial nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEIs) de 2009 (BRASIL, 2009), que garantem esses direitos, tendo como pilares da educação infantil as interações e brincadeiras. Delas surgem os campos de experiência, pilares da BNCC (2017), que tem como foco a garantia dos direitos de aprendizagem: Brincar, Conhecer-se, Conviver, Expressar, Explorar e Participar (BRASIL, 2017).

A Base define três grupos etários na Educação Infantil, bebês (0 a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses). Estes grupos são definidos considerando as características de aprendizagem e o desenvolvimento das crianças, no entanto é importante lembrar que os grupos não são rígidos, visto que cada criança tem um desenvolvimento singular (BRASIL, 2017).

A BNCC (2017) traz cinco Campos de Experiências, O Eu, o Outro e o Nós; Corpo, Gestos e Movimentos; Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação; Traços, Sons, Cores e Forma; Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações. Estes Campos de Experiência dialogam com os direitos de aprendizagem da criança (BRASIL, 2017).

Enfim, este documento orientador, a BNCC (2017), vem a ser o marco legal mais atual, dispendo de todo o sistema de ensino que compete a Educação Básica.

3.2 ABORDAGENS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Após um estudo sobre história da infância, história da educação na infância e marcos legais da Educação Infantil, é importante refletir e referenciar um pouco acerca das abordagens e práticas pedagógicas desta etapa da educação, que estão em evidência atualmente, direcionando o estudo agora ao professor, sujeito chave na busca da qualidade de Educação Infantil e percurso para alcançá-la.

Uma abordagem educacional que tem ganhado muita evidência atualmente é a Abordagem de Reggio Emilia, de Loris Malaguzzi que está muito bem descrita nos dois volumes de “As Cem linguagens da criança” (EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 2016a; EDWARDS; GANDINI; FORMAN, 2016b), demonstrando o cuidado e a educação com crianças de 0 a 6 anos de idade.

O espaço tem um lugar muito importante nesta abordagem, bem como o professor e as famílias. Todos andam paralelamente afinados com o objetivo único: educação de qualidade para as crianças.

Gandini nos traz este aspecto muito bem retratado:

As escolas de Reggio Emilia não poderiam simplesmente estar em qualquer lugar, e nenhuma delas poderia servir como um modelo exato a ser copiado literalmente em outro local. Ainda assim, apresentam características comuns que merecem a consideração em escolas de qualquer lugar. A configuração particular de cada escola, no que se refere ao jardim, às paredes, às janelas grandes e aos móveis atraentes, declara: Este é um lugar onde os adultos pensaram sobre qualidade do ambiente. Cada escola é cheia de luz, de variedade e de uma certa espécie de alegria. Além disso, cada escola mostra como professores, pais e crianças trabalhando e brincando juntos, criaram um espaço único, que reflete suas vidas pessoais, a história de suas escolas, as muitas diferenças culturais e um sentido de opções bem-pensadas (GANDINI, 2016, p. 149).

Pode-se perceber na fala da autora, como o trabalho colaborativo entre famílias e escola, traz um grande benefício para as crianças, bem como, a participação ativa dessas na escolha e produção dos ambientes.

Ressalta ainda, que é possível trazer o que lá é feito, e colocar de forma literal aqui na nossa realidade, primeiramente porque há muitos anos de caminhada nesta abordagem, enquanto aqui, falo em âmbito municipal, no caso Agudo, a Escola de Educação Infantil é muito jovem, tendo sido separada da Secretaria de Assistência em 1999.

Além do pouco tempo de vida da EMEI, também há uma grande rotatividade de profissionais, algo que é sempre muito bem explanado nas bibliografias de Reggio de Loris Malaguzzi, sobre a importância da permanência dos profissionais na escola, para haver continuidade no trabalho e criação de vínculo afetivo.

Esta abordagem também traz uma maneira eficiente de registrar o trabalho e a produção das crianças, bem como muitas maneiras de se comunicar com as mesmas e com os familiares, possibilitando um diálogo aberto com as famílias, tornando-os parte da escola.

A abordagem de San Miniato, de Aldo Fortunati (2014), fala sobre o protagonismo da criança, a ação colaborativa da família e trabalho pela autonomia na infância, com algumas diferenças da Abordagem de Reggio, porém muito semelhante a ela, principalmente, no que diz respeito ao número mais reduzido de crianças

atendidas nas escolas, aspecto que este que não é possível comparar ou igualar a realidade do município de Agudo.

Outra autora, cujos estudos, vem tomando força entre profissionais da educação infantil, Emmi Pikler. Tem como cerne o movimento livre, dando evidência a aprendizagem com autonomia, ou seja, quando os bebês e crianças bem pequenas, aprendem conforme seus desejos e se tornam competentes em tais habilidades que vão conquistando.

Emmi Pikler é uma pediatra Húngara, que traz no seu trabalho o respeito ao desenvolvimento natural das crianças, respeito a cada fase de desenvolvimento com estímulos indiretos. Esta abordagem trabalha com a prática e traz a observação sensível do educador para que se faça um registro diário e individual, colocando a importância de este fazer para a continuidade das aprendizagens (SOARES, 2017).

A partir destas referencias, é possível pensar que há um movimento de respeito a infância, no qual o convite a participação e a prática democrática se fazem presentes, respeitando a autonomia e protagonismo dos participantes no processo educacional dos bebês e crianças bem pequenas. Enfim, novos caminhos e percursos surgem e se expandem além das fronteiras de um único país, dando ressignificados a vida cotidiana nas Escolas de Educação Infantil/Creche.

4 AVALIAÇÃO: LONGOS CAMINHOS OU RUA SEM SAÍDA?

*O que a lagarta chama de fim, o restante
Do mundo chama de borboleta*
(LAO TZU *apud* BARDANCA; BARDANCA, 2020, p. 80).

A avaliação para a pesquisadora, é um caminho que se faz presente em todo processo da vida na creche, atendo aqui que não é algo separa da Documentação pedagógica, mas sim que está presente em todo momento da jornada vivida na Creche, por vezes como um caminho paralelo, outras, vista como uma rua sem saída, um fim de jornada. Dada esta bifurcação de entendimentos, a avaliação ganha local de evidência e boas reflexões, que não esgotam apenas nessa viagem.

A vista disso, a vida na creche, a rua da avaliação, perpassa todas as etapas da vida escolar de uma criança, desde seus primeiros dias na escola, até sua viagem ao próximo passo da vida. Pensar a avaliação na Educação Infantil, me remete a questionar quem, o que e como avaliar, quem avalia, para quê? Talvez o mais correto seria usar “avaliação da e na educação infantil”, assim posso pensar em processo, em reflexão, em criação, em participação, em vida pulsante, visto que já foi dissertado antes que a educação infantil não retém, nem tem critérios para progressão de ano, esta é automática de acordo com idade dos bebês e crianças.

Partindo deste pensamento, é quase que óbvio os objetivos da avaliação: qualificar a prática docente, acompanhar o desenvolvimento dos bebês e crianças bem pequenas, dar possibilidades de novas descobertas a partir destes registros e observações.

Avaliação é um processo que tem tomado uma grande proporção e evidência nos tempos atuais, situando o período que vivemos em meio a uma pandemia, passando por um distanciamento físico, que vem gerando muitas dúvidas e reflexões.

Acredito que, mais evidente na Educação Infantil, a avaliação neste período pode tomar um novo contorno. Talvez o formato que já vem sendo estudado e discutido há muito tempo, como o mais respeitoso e coerente, visto que não há possibilidade de avaliar de maneira genérica e como “modelinho”, pois tudo está diferente.

A avaliação na e da¹¹ Educação Infantil, traz uma perspectiva de entendimento de que a educação não é fragmentada, de maneira que podemos perceber, principalmente na primeira etapa da Educação Básica, o quão importante e indispensável é o construir, reconstruir, construir novamente, avaliando, não no sentido classificatório ou punitivo como vem sendo difundido no decorrer dos anos, mas sim no intuito de sempre qualificar as práticas.

Neste escopo, a avaliação não pode ser pensada de forma fragmentada ou descontextualizada da realidade vivida na gestão das práticas pedagógicas, uma vez que temos muito clara a importância de o processo avaliativo ser construído no intento de qualificar as práticas vividas com as crianças.

É preciso pensar sobre a avaliação na Educação Infantil, além de contextualizada, de forma global, concordando, assim, com os estudos de Morin, quando diz que uma sociedade é muito mais que um contexto, é global, formada de muitas partes intrínsecas:

O Global é mais que o contexto, é o conjunto das diversas partes ligadas a ele de modo inter-retroativo ou organizacional. Dessa maneira, uma sociedade é mais que um contexto: é o todo organizador de que fazemos parte. O planeta Terra é mais do que um contexto: é o todo ao mesmo tempo organizador e desorganizador de que fazemos parte. O todo tem qualidades ou propriedades que não são encontradas nas partes, se estas estiverem isoladas umas das outras, e certas qualidades ou propriedades das partes podem ser inibidas pelas restrições provenientes do todo (MORIN, 2000, p. 37).

Neste contexto, torna-se necessário pesquisar e trazer para o debate questões como: Para que avaliar na Educação Infantil? Quem avalia? O que se avalia? Para quem é esta avaliação na Educação Infantil? Entre outros questionamentos que surgem toda vez que se pensa em avaliação na Educação. O objetivo não é fechar respostas ou fazer receitas, mas sim pensar, repensar e discutir o tema.

Entendo aqui, que avaliar na Educação Infantil, pode ser para dar voz a criança, para registrar as vivências e os processos de aprendizagem vividos na escola, tendo assim como conceituei anteriormente, um processo democrático que demonstra para a criança e sua família que ela é vista e que suas investigações são importantes.

¹¹ O uso conjunto destas duas preposições para se referir a avaliação, é proposto a partir de autores que trabalham o tema, principalmente nas produções de Catarina Moro (2015), que estão referenciadas em “Contribuições para a Política Nacional: A avaliação em Educação Infantil a partir da Avaliação de Contexto” (BRASIL, 2015).

Que a avaliação não seja rotulante, com quadrinhos para preencher com um x o que a criança atingiu ou aquilo que ela ainda não consegue realizar. Ou seja, uma avaliação para demonstrar os processos e pensar junto com professores e demais adultos envolvidos na educação destas, em novas estratégias e oportunidades para que as crianças qualifiquem suas investigações.

Que a avaliação seja para as crianças, para as famílias, para os professores, para projetar e organizar os próximos planos, que avalie o processo também da professora em seus planejamentos, possibilitando novas estratégias e o repensar da ação.

Penso que a avaliação deve ter como principal critério, o respeito aos direitos da infância, direitos estes colocados em documentos que normatizam a prática docente, como a BNCC (2017) e as DCNEI. É compreender que a educação, a aprendizagem, não acontece em um caminho vazio, deserto.

Perceber que a avaliação contribui para qualificar contextos de aprendizagem, contextos que podem qualificar a educação ou prejudicar, podemos confirmar esta ideia no seguinte trecho

Estamos falando de crianças muito pequenas, cujos direitos devemos proteger: o direito a uma imagem positiva, o direito ao bem-estar, o direito a uma identidade respeitada, o direito ao desenvolvimento de uma identidade aprendente. Isso significa que é eticamente indispensável começar a avaliação dos contextos educacionais junto com a avaliação dos processos educativos. [...] A qualidade dos contextos educacionais e dos processos educativos tem impacto na qualidade da aprendizagem (OLIVEIRA-FORMOSINHO; PASCAL, 2019, p. 142).

Pensando e repensando os movimentos e fazeres avaliativos na Educação Infantil, tenho como principal apreciação a avaliação em contexto, pois esta tem maior relação com o que acredito ser respeitoso com as crianças e bebês, bem como famílias, professores e Instituição de Educação Infantil.

4.1 AVALIAÇÃO: CAMINHO DA HISTÓRIA, CONTADO POR DOCUMENTOS LEGAIS

Já é sabido e amplamente divulgado que é garantido por lei o direito à educação gratuita e de qualidade para todos de 0 a 17 anos de idade (Lei 12.796/2013, art. 4º), sendo de matrícula obrigatória a partir dos 4 anos de idade (BRASIL, 2013a), porém ainda não parece muito claro o que é de fato qualidade na

educação, sendo sempre mais evidente a preocupação com a quantidade de atendimento nas escolas.

Mas quando penso em avaliação, sempre surgem muitas interrogações, como por que avaliar, quem avaliar, o que e para quem, principalmente na Educação Infantil e, na medida em que se questiona muitas vezes o assunto, sempre vem a mesma pergunta: Quando e como iniciou essa “tradição” de avaliar a educação? Saber o início de tudo sempre ajuda a entender um pouco melhor o processo para chegar até o momento que estamos vivendo.

A educação no Brasil tem início com as escolas Jesuítas, e lá já se introduziu uma ideia de avaliação. Estas avaliações aconteciam de acordo com um documento popularmente conhecido como *Ratio Studiorum*, datado de 1599, que continha instruções de como avaliar nos primórdios educacionais do nosso país. Muitas regras que embora já sejam consideradas, como a presença dos alunos, tempo de duração da prova, preparação e estudos prévios, proibição de conversa ou pedido de materiais aos colegas, a não permissão de sair da sala de avaliação durante o exame como precaução a fraude, semelhança em respostas, assinatura do estudante de forma obrigatória (FRANCA, 1952), tudo isso ainda é possível de se perceber nas atuais avaliações dos educandos, principalmente se compararmos com as regras das avaliações nacionais de desempenho. Mas é importante ressaltar que estas regras já têm séculos de vida, e, no entanto, ainda estão muito presentes no dia a dia das escolas.

Será que este modelo de avaliação, que parece resultar em punição, ainda cabe no nosso sistema? Será que assim realmente será possível mensurar ou refletir sobre o que há para qualificar na prática educativa e o que realmente os alunos aprenderam ou precisam aprender?

É nesse contexto de contestação que se entende que a avaliação na Educação Infantil não tem como objetivo a classificação, nem a promoção das crianças para os níveis posteriores, esse é um ponto que os principais marcos legais, que normatizam a Educação Infantil, têm em comum. A LDB, em seu art. 31 corrobora com esta ideia em seu inciso “[...] I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;” (BRASIL, 1996) e logo após, ainda no mesmo artigo, no inciso V, expõe “[...] expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança” (BRASIL, 1996). Ou seja, traz a

obrigatoriedade de registros documentais avaliativos que relatem o desenvolvimento da criança, bem como suas aprendizagens, porém, sem limitar ou padronizar como se fazem estes registros.

As DCNEI (BRASIL, 2009) trazem a avaliação como um dos elementos constitutivos em sua organização, junto com aspectos como Projeto Político-Pedagógico (PPP), Regimento escolar, Gestão Democrática e Organização da escola e a Formação de Professores. Neste documento legal, a avaliação aparece de forma geral, não sendo separada por etapas. Ressalta a importância da avaliação institucional e de redes, além da avaliação da aprendizagem.

As DCNEI (BRASIL, 2009), reafirmam a avaliação na Educação Infantil sem intuito de promoção, e trazem recomendações para esta avaliação:

O Conselho Nacional de Educação, em mais de um Parecer em que a avaliação da aprendizagem escolar é analisada, recomenda aos sistemas de ensino e às escolas públicas e particulares, que o caráter formativo deve predominar sobre o quantitativo e classificatório. A este respeito, é preciso adotar uma estratégia de progresso individual e contínuo que favoreça o crescimento do estudante, preservando a qualidade necessária para a sua formação escolar (BRASIL, 2013b, p. 61).

Pode-se perceber que os sistemas de ensino permanecem com liberdade e autonomia para escolherem as formas de avaliação, não apenas na etapa de Educação Infantil, como em todas as etapas da Educação Básica. Porém há um ponto muito relevante na avaliação na Educação Infantil, que parece passar despercebido: a continuidade.

Esta continuidade pode ser compreendida como algo que acompanha a criança em toda etapa de Educação Infantil, ou seja, quando as documentações experienciais acompanham a crianças na medida em que ela vai avançando as turmas até chegar ao fim da Pré-escola, podendo ser um material de pesquisa e conhecimento dos professores, bem como das famílias:

O olhar esperançoso de uma professora pode ser determinante para o futuro de um menino ou menina. Se tivéssemos conscientes disso, talvez não perderíamos tanto tempo formulando questões, aprendendo a elaborar critérios de avaliação ou buscando como medir os domínios da competência (BARDANCA; BARDANCA, 2020, p. 79).

Precisando então, ser compreendida como continuidade nas investigações das crianças, como fonte de inspiração para as professoras e seus documentos organizadores, que podem registrar os pontos de partida para novos planejamentos,

bem como indicar os pontos de chegada que possibilitarão novas descobertas e possibilidades de investigação as crianças.

Atualmente, a avaliação na e da Educação Infantil é feita a partir de relatório, pareceres e memoriais, sendo estes produzidos com um olhar unilateral: do professor, mas muitos deles ignoram o protagonismo das crianças, demonstrando apenas levar em consideração seu olhar técnico.

Penso que estes são importantes registros e documentos, porém não podem ser únicos, é preciso que se estabeleçam estratégias e possibilidades de avaliação e documentação que retratem o processo de produção de conhecimento das crianças, nesse caso, vemos como uma possibilidade disso as avaliações de contexto.

Os autores Martins Filho e Castro trazem essa reflexão de forma muito clara. Segundo eles, a avaliação de contexto sugere a inter-relação entre os conhecimentos pedagógicos e o protagonismo das crianças:

Significa dizer que a avaliação precisa estar vinculada aos demais processos educativos: planejar, observar, registrar e documentar, como recursos que representam a materialização dos procedimentos dados diariamente por cada professora ou grupo de profissionais da Educação Infantil. Nesse sentido, o objetivo central da avaliação de contexto não é resultado final, mas o processo pedagógico, vivenciado cotidianamente em uma rede relacional, com diferentes sujeitos que compõe os espaços da Educação Infantil – crianças, profissionais com diferentes funções, famílias e comunidade (MARTINS FILHO; CASTRO, 2018, p. 12).

Neste sentido é muito clara a importância de vários aspectos e procedimentos no percurso avaliativo da primeira infância, bem como o envolvimento de todos os segmentos de convívio social destas crianças, não sendo o professor o único indivíduo atuante na aprendizagem e construção social destas crianças.

Vale pensar sobre o contexto educativo, as autoras de “Contribuições para a política Nacional: a avaliação em Educação Infantil a partir da avaliação em Contexto”, referem-se a contexto educativo como sendo

[...] conjunto de aspectos que determinam o tipo de experiência educativa (formativa) que a instituição de Educação Infantil oferece às crianças e seus familiares, como por exemplo, a qualidade do ambiente físico, relacional e social, as experiências educativas propostas, a organização do trabalho entre os docentes, as relações com as famílias, as atividades e os relacionamentos profissionais, entre outros (BRASIL, 2015, p. 27).

Observa-se, então, que a avaliação na Educação Infantil perpassa por todo este contexto, não podendo ser apenas de caráter classificatório ou de “rótulos”,

diagnosticando as crianças como competentes ou não para determinadas habilidades, mas sim uma avaliação de todo universo educacional que está na vida destas crianças, concordando com Morin, no que tange a capacidade das crianças em compreender o mundo de forma complexa e não segmentada

Antes de aprender a separar tudo, as crianças veem os vínculos entre todas as coisas, principalmente quando são educadas em meio a natureza, como pequenos ameríndios que acompanham seus pais na floresta. A natureza não está dividida em disciplinas como na escola (MORIN, 2010, p. 217).

Neste universo educativo, não apenas crianças o ocupam, mas também todos os profissionais e as famílias, de forma que desenvolvam aspectos de convívio social e humanidade, a partir das relações e convívio entre todos, nas diferentes idades. Estas relações são dinâmicas, constituem identidades, não apenas das crianças, mas também da comunidade e da sociedade em que elas estão inseridas.

4.2 O DESCONHECIDO: CAMINHOS E POSSIBILIDADES DE UMA PANDEMIA

A nível mundial, estamos vivenciando um momento histórico para nossas gerações, a pandemia pela Covid-19. A educação no nosso país passou por uma mudança quase que imediata, sem nenhuma certeza de qual seria a melhor metodologia a usar neste período em que todos estão em isolamento social, tendo a tecnologia como principal e, em algumas instituições, como único recurso de interação e trabalho educacional.

Aproximando-se o final do ano letivo, começa aparecer a avaliação como principal preocupação, havendo uma cobrança de resultados de um ano diferente, muito embora, anos considerados normais, também trazem a avaliação como preocupação apenas nos finais de período, no caso da Escola local da pesquisa, semestralmente.

Esta afirmação nos coloca em um estado de avaliação da própria ação pedagógica, visto que assim como afirmam Formosinho e Oliveira-Formosinho (*apud* OLIVEIRA-FORMOSINHO; PASCAL, 2019, p. 106):

A avaliação tem consequências no sistema educacional, uma vez que facilita ou dificulta o progresso na escola, tem consequências para a pessoa, no seu acesso ao trabalho e ao emprego, uma vez que leva a credenciais educacionais e profissionais, e tem consequências na identidade de cada uma. No entanto, a avaliação costuma ser feita em um contexto de

comportamentos antecipados e abstratos: expectativas da sociedade, dos profissionais, dos pais e do professor, geralmente excluindo a criança. Portanto, o julgamento avaliativo depende da conformidade não somente com padrões alcançados, mas também com padrões esperados.

Mesmo assim ainda é possível perceber a busca por métodos avaliativos tradicionais e padrões, até mesmo na Educação Infantil/Creche, tendo como única preocupação os resultados desta educação remota e de metodologia híbrida. Mas uma questão muito importante a se fazer aqui é: como e por que pensamos em avaliação na Educação Infantil apenas nas proximidades do fim do ano letivo? A Avaliação não deve ser um processo contínuo? Há de se pensar no objetivo da avaliação, talvez, assim entenderemos quando e como ela deve acontecer na vida na Creche.

A avaliação que busca apenas resultados é preocupante, pois o que deve estar em evidência na Educação Infantil é o processo, o percurso que as crianças trilham nas suas investigações e descobertas, demonstrando a importância do papel do professor neste processo avaliativo:

A avaliação das crianças em creches e pré-escolas é uma responsabilidade fundamental de professores no âmbito da instituição educativa, sendo na circunscrição desse contexto que ela dispõe de significado e valor. Ou seja, é sobretudo no interior desse contexto e em suas articulações com as famílias, principalmente, que professores poderão prover cuidados e educação às crianças em correspondência com princípios éticos de reconhecimento e valorização das diferenças individuais e culturais (BRASIL, 2015, p. 38).

Partindo deste pressuposto, fica difícil compreender como ainda temos discussões acerca da possibilidade de avaliação de larga escala na Educação Infantil, com conceitos e padrões classificatórios, principalmente porque podemos entender que, nesta etapa da Educação Básica, todo o processo acontece a partir da participação, da vivência, experiência, ou seja, na humanidade de todo universo educacional aí entrelaçado.

Esta relação entre avaliação e números pode ser refletida quando pensamos como a sociedade dá ênfase ao conhecimento dos cálculos, transformando quase tudo em algarismo. Morin nos convida a refletir sobre isto, acerca da separação de tudo em partes, transformando por vezes os sujeitos em objetos (MORIN, 2019). A avaliação educativa deve observar as partes no todo, e não cada parte

separadamente, pois, principalmente na Educação Infantil, podemos ver a olhos nus o desenvolvimento global das crianças a todo momento.

Talvez essas relações que transformam indivíduos em números venham combinadas com o conceito de normalidade e tenham resultado na ideia de avaliações de larga escala na Educação Infantil. O desenvolvimento “normal” das crianças segue padrões que vem sendo definidos em escalas, com o passar dos anos, segundo Falk (2010, p. 45):

De forma geral, a evolução da criança é considerada normal quando ela segue o caminho e ritmo definidos em escalas e tabelas de desenvolvimento, em manuais de pediatria, de puericultura e de psicologia e em livros de divulgação destinados aos pais (com frequência, com sugestões de intervenção caso a criança apresente algum atraso em relação às “normas”). Como acelerar o seu desenvolvimento? Às vezes, o que se pode esperar somente reflete as ideias estabelecidas, amplamente difundidas, tanto pela opinião pública como pelo profissional.

É possível, a partir disso, pensarmos como estas escalas de normalidade podem ter relação com a ideia avaliativa que tem perdurado em todo âmbito nacional, ou até mesmo mundial? Estes manuais podem ser usados com a intenção de acompanhar o desenvolvimento descartando possíveis anomalias, porém é perceptível, nas últimas décadas, o grande esforço, tanto de pais, quanto de alguns professores e gestores, pela busca da precocidade (FALK, 2010).

Partindo desta ideia, podemos relacionar algumas práticas da Educação Infantil, que parece cada vez mais pretender adiantar o processo de alfabetização, fazendo o caminho inverso ao que se estuda e se versa nas formações de contexto realizadas com professores. Principalmente quando se sugere o ensino de letras e números às crianças da etapa pré-escolar, para que não ingressem no Ensino Fundamental “fraquinhos”.

Não se pode dizer com isto que o universo das letras e números deva sumir da prática na Educação Infantil, mas sim que precisam estar presentes, com naturalidade, sem intenção de antecipar a alfabetização ou com objetivo de preparação para Ensino Fundamental.

A pandemia não trouxe apenas uma necessidade de adequação nas práticas pedagógicas; junto com ela veio o desemprego, a insegurança e a grande exposição de imagem, tanto de professores quanto das famílias e das crianças. Estes aspectos acabam por influenciar as ações e as decisões de professores, que muitas vezes têm

medo de perder seu emprego, o que pode acarretar a “obediência” em seguir orientações, mesmo quando não estão de acordo com o que se acredita ser qualidade de Educação Infantil.

Após um longo período sem orientações claras por parte da gestão nacional de educação, em julho de 2020, o Conselho Nacional de Educação emitiu um parecer com orientações educacionais para este contexto. Nele constam algumas sugestões de trabalho para cada etapa da Educação Brasileira. Destacamos as seguintes orientações para a Educação Infantil:

Assim, para crianças das creches (0 a 3 anos), as orientações para os pais devem indicar atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, brincadeiras, jogos, músicas de criança.

Já para as crianças da pré-escola (4 e 5 anos), as orientações devem indicar, da mesma forma, atividades de estímulo às crianças, leitura de textos pelos pais, desenho, brincadeiras, jogos, músicas de criança, filmes e programas infantis pela TV e até algumas atividades em meios digitais quando possível. Para tanto, seria possível passar o caderno de atividades, desenhos, brincadeiras, entre outras, para os pais desenvolverem com as crianças (BRASIL, 2020, p. 07).

Neste documento não consta nenhuma orientação sobre avaliação na Educação Infantil, apenas orientação para avaliações e recuperações a partir dos Anos Iniciais e Avaliações de larga escala.

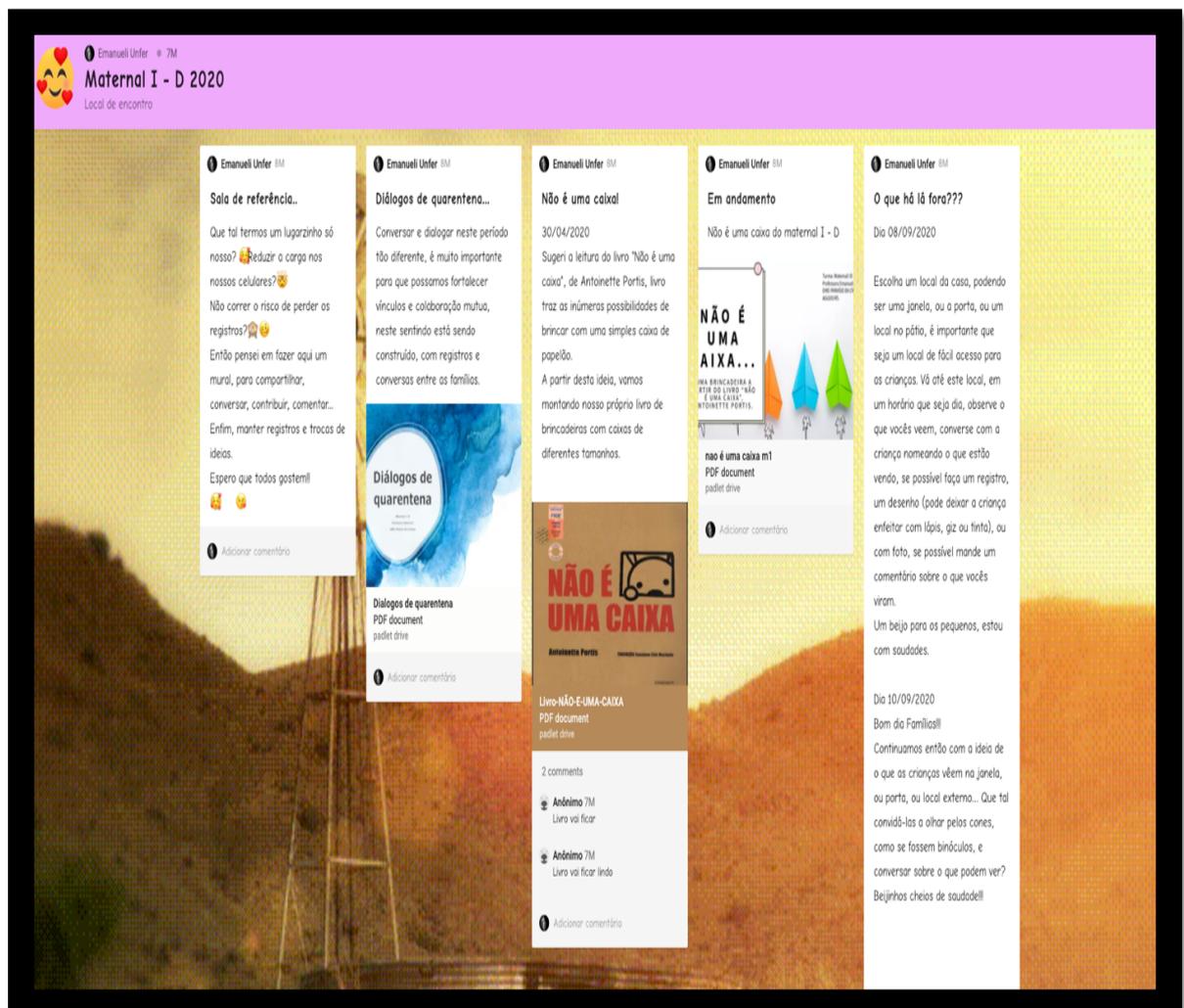
A partir desta exposição pode-se pensar que é possível continuar os processos avaliativos da Educação Infantil, tendo como parâmetro o que já vinha sendo praticado, considerando os registros, planejamentos e observações das ações das crianças. No entanto, a distância pode dificultar estas observações, bem como o acompanhamento do percurso realizado pela criança em cada brincadeira e construção.

Partindo disto, alguns recursos e tentativas de avaliar todo o processo vivido em um momento novo para todos, cercado de dúvidas, como ainda neste período estava atuando como professora de turma de Maternal 1, com crianças de 1 ano a 1 ano e onze meses, criei um *Padlet* para compartilhar vivências das crianças da turma.

Este recurso, foi escolhido por mim, após participar de uma formação continuada, sobre ferramentas online como recursos pedagógicos. O *Padlet* possibilitou que eu fosse convidando as famílias para participar não apenas das sugestões de brincadeiras que eram enviadas, mas também da construção de registros.

Seria esta uma tentativa de avaliar o processo, tendo a documentação como uma rua central que conduz e perpassa todos os processos vividos na Educação Infantil/Creche?

Figura 5 – Imagem da página criada pela autora para compartilhar com as famílias as produções e coletâneas de imagens enviadas a professora



Fonte: Disponível em: <https://padlet.com/emaunfer/Bookmarks>. Acesso em: 10 de dez. 2021.

O recurso utilizado para diálogo, permitiu de fato um diálogo entre professora e famílias, visto que todos puderam participar e contribuir com sugestões, críticas, dúvidas, enfim, participar da construção destas memórias.

Muito tem se estudado e conversado sobre a Educação Infantil, principalmente difundindo práticas realizadas em outros países. Estas, em sua maioria, versam sobre

o movimento livre de crianças e bebês, a autonomia e o acompanhamento do percurso realizado por elas em pesquisas e investigações.

Indo ao encontro desses estudos, a avaliação em contexto também é pensada desta forma, pois esta traz como essência a valorização do processo que a criança desenvolve durante sua aprendizagem, considerando o todo a sua volta. Esta avaliação dirige-se não só a criança individualmente, mas também à realidade particular de todos os indivíduos no contexto educativo, à prática organizada pelos professores, enfim ao contexto que está inserido.

Para Martins Filho e Castro (2018), a avaliação em contexto necessita estar intrínseca ao processo educativo, considerando muitos elementos, como explica o trecho a seguir:

Significa dizer que a avaliação precisa estar vinculada aos demais processos educativos: planejar, observar, registrar e documentar, como recursos que representam a materialização dos procedimentos, propiciando condições para uma avaliação voltada ao percurso, no decorrer dos encaminhamentos dados diariamente por cada professora e ou grupo de profissionais da Educação Infantil. Nesse sentido, o objetivo central da avaliação de contexto não é o resultado final, mas o processo pedagógico, vivenciado cotidianamente em uma rede relacional, com diferentes sujeitos que compõem os espaços da Educação Infantil – crianças, profissionais com diferentes funções, família e comunidade (MARTINS FILHO; CASTRO, 2018, p. 12).

Então, com o contexto de dificuldades, recursos, orientações e discussões até o momento, podemos perceber o quão necessário é pensar na avaliação na e da Educação Infantil. Como poderia ser esta avaliação em contexto, quando estamos distantes, ou deslocados do contexto da escola física?

Talvez, de certo modo, a distância possibilite um maior diálogo entre famílias e escola, famílias e professor, visto que agora a família precisa mediar de forma mais efetiva as atividades e sugestões vindas da escola. Ao mesmo tempo que o professor ou a escola, precisa pensar essa mediação ao propor o trabalho educativo no contexto familiar.

5 DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA: O MESMO PONTO - PARTIDAS E CHEGADAS

A documentação pedagógica é esse processo: dialético, baseado em laços afetivos, e também poético; não apenas acompanha o processo de construção do conhecimento como em certo sentido, o fecunda (RINALDI, 2018, p. 134).

A documentação pedagógica na educação infantil, tem como principais funções criar possibilidades de diálogo entre famílias, professores e escola, sistematizar o acompanhamento da vida escolar das crianças e compor material pedagógico objetivando a reflexão sobre os processos educativos. De acordo com Bonas (2017), a documentação, assim organizada, expõe de maneira transparente os acontecimentos entre os atores da educação infantil, suas famílias e comunidade, possibilitando a todos a participação ativa na educação das crianças.

Por isso pesquisar e analisar os fatores que contribuem e alargam o entendimento e produção destes documentos, possibilitarão continuidade e qualidade dos percursos da educação infantil modalidade creche.

Conforme Ostetto (2017, p. 21),

Ao escrever sobre o cotidiano vivido com as crianças, o professor cria espaços para refletir sobre seu fazer, abre possibilidades para avaliar o caminho pedagógico planejado, redefinindo passos ou reafirmando o caminhar. O exercício de registro diário oportuniza, de maneira ímpar, a articulação entre aspectos teóricos e práticos implicados na ação docente, entre conquistas realizadas e desafios mapeados, entre o projetado e o concretizado.

Desta forma, entende-se que estes documentos exigem um olhar sensível e criativo das interações e processos de desenvolvimento das crianças no espaço escola, respeitando limites e confiando no potencial dos bebês e crianças bem pequenas.

Com isso, os documentos pedagógicos perpassam apenas nos planejamentos e registros em cadernos de chamadas? Ou, a documentação se dá em todas as formas de registros realizados no processo educacional das crianças?

O registro na Educação Infantil, principalmente na faixa etária de 0 a 3 anos e 11 meses, se faz indispensável, visto que é o modo de diálogo entre escola e família, bem como o registro diário, que para o professor, tem um papel muito importante na

reflexão dos espaços vividos pelas crianças. São estes registros, que dão origem as documentações pedagógicas.

Conforme Ostetto (2017, p. 27),

Para registrar, no cotidiano vivido com um grupo de crianças, é necessário observar ações, reações, interações, proposições não só das crianças, mas também do próprio docente. É preciso ficar atento às dinâmicas do grupo, às implicações das relações pedagógicas, com um olhar aberto e sensível, pois registrar não é uma técnica, nem tampouco pode ocorrer de forma automatizada, como a espelhar o real.

Sendo assim, é essencial o olhar sensível e atento do professor, para registrar a realidade vivida pelas crianças. Esta observação, e posteriormente registros, trazem um movimento com significado na ação pedagógica, tendo como principal sujeito do processo de educação infantil, a criança. Ou seja, a partir da observação atenta, dos registros e da interpretação destes, o professor passa a planejar suas ações, tornando a criança protagonista desta ação educativa.

Documentar na educação infantil, exige tempo e um olhar atento do profissional, pois estas qualificam o projeto educativo. Conforme Bonas (2017, p. 82),

Documentar é um processo vivo, dinâmico, que requer de nós o domínio de instrumentos e aparelhos que talvez não tenham sido planejados para utilizar com os professores: gravadores, máquinas fotográficas, filmadoras, instrumentos de registro de dados e observações, uma montagem cênica elegante, que busca algo preciso, que permite investigar com uma discrição afinadíssima e que são movimentos em um respeito requintado.

Nesse sentido, a documentação pedagógica não se restringe a apenas uma forma de registro, mas sim uma coleção de documentos como ferramentas para recordar e possibilitar reflexões sobre o fazer didático-pedagógico, dando sentido e direção a esse processo. A documentação constrói significado a escola como espaço de papel ativo da busca de conhecimento e significados do mundo, feito pelas crianças (RINALDI, 2018).

A documentação pedagógica tem um papel importante, viabilizando a participação e o diálogo. Todavia, o paradoxo se estabelece, na questão: Porque a documentação pedagógica não tem conseguido se consolidar como um instrumento potencializador de uma prática democrática na Educação?

5.1 DESEMBOLANDO OS DOCUMENTOS QUE COMPÕE A DOCUMENTAÇÃO PEDAGÓGICA: ESTRUTURAS E CONSTRUÇÕES

Quando falamos em documentos, logo se pensa em documentos legais, quando adicionamos a palavra pedagógica, vem a imagem de cadernos de chamada, parecer, Projeto Pedagógico, Regimento etc., isso me parece um pensamento que não é unicamente meu, pois em diversos momentos quando alguém questiona qual é o assunto da minha pesquisa, ao dizer: Documentação Pedagógica, logo é seguida de uma tentativa de explicar o que é essa documentação e como ela se constrói.

Confesso que por vezes, várias vezes, ainda tenho dúvida de quais documentos fazem parte ou constituem uma documentação pedagógica na Educação Infantil. Se ter dúvidas é um problema? Penso que não, visto que duvidar me permite repensar, desconstruir e reconstruir, processo que é indispensável em uma pesquisa (MARRE, 1991).

Estes documentos perpassam as escolhas, que por muitas vezes parecem ser sempre as que ao professor são seguras e tradicionais. Como práticas individualizadas e centralizadas nas ações dos adultos, como rotinas engessadas em horários pré-determinados que desconsideram as reais necessidades das crianças.

Estas escolhas de forma individual, podem reprimir, o que pra mim é um dos principais objetivos da documentação pedagógica democrática: diálogo transparente que possibilita a troca e reflexão da prática educacional.

Para entender melhor este processo e o que o constrói, faço um estudo em artigos e livros que tratam do tema, com autores diversos que pesquisem sobre a documentação pedagógica e suas diversas estruturas. Não com o intuito de elaborar um conceito fechado, mas de montar uma coletânea de diversas formas de documentar a vida na escola de Educação Infantil.

Na obra “Qualidade na Educação da Primeira Infância”, há uma provocação a refletir: “[...] documentação pedagógica não é observação da criança” (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2019, p. 191). Isto nos leva a refletir, que não é apenas observar a criança, mas é observar também os registros, refletir, organizar e assim ir compondo um conjunto de observáveis e reflexões que poderão nortear a prática cotidiana na escola.

Para estes autores, a Documentação Pedagógica é processo e conteúdo, segundo eles

A “documentação pedagógica” como *conteúdo* é o material que registra o que as crianças estão dizendo e fazendo, é o trabalho das crianças e a maneira com que o pedagogo se relaciona com elas e com o seu trabalho. [...] Esse *processo* envolve o uso desse material como um meio para refletir sobre o trabalho pedagógico e fazê-lo de uma maneira muito rigorosa, metódica e democrática. Essa reflexão será realizada tanto pelo pedagogo sozinho como pelo pedagogo junto com outras pessoas – outros pedagogos, outros *pedagogistas*, as próprias crianças, seus pais, os políticos (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2019, p. 194).

Este movimento de registrar, refletir, dialogar e produzir documentação pedagógica, abre caminhos para uma qualificação da prática na Educação Infantil, bem como de possibilitar um trabalho reflexivo e de respeito a diversa curiosidade e pesquisa das crianças. Bem como coloca o educador e os adultos que colaboram neste processo, como indivíduos que aprendem com as investigações das crianças.

Além disto, traz a participação de equidade, possibilitando todos os sujeitos a aprender e ensinar.

A partir da documentação, pode formular perguntas sobre a maneira como a criança-aprendiz e o pedagogo-aprendiz foram construídos em sua própria prática, como o conhecimento é construído e que tipo de instrumentos o ambiente oferece para a experimentação e para a simbolização das crianças (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2019, p. 195).

Em comunhão com o pensamento de processo de documentar, Rinaldi erige a documentação como “[...] uma forma narrativa, uma comunicação tanto intrapessoal quanto interpessoal, porque oferece aos que documentam e aos que leem essa documentação uma possibilidade para aprender e refletir” (RINALDI, 2018, p. 134).

A autora evidencia alguns aspectos essenciais no processo de documentação pedagógica, bem como alguns objetivos desta:

Garantir escutar e ser escutado é uma das funções mais primordiais da documentação (produzir traços/ documentos que testemunhem e tornem visíveis os modos de aprendizado dos indivíduos e do grupo), assim como a segurança de que o grupo e cada criança individualmente tem a possibilidade de observar a si mesmos de um ponto de vista externo enquanto estão aprendendo (tanto durante quanto após o processo) (RINALDI, 2018, p. 130).

Rinaldi (2018) coloca o processo de documentação como um movimento em espiral, que entrelaça observação, interpretação e documentação; estas ações acontecem de maneira inseparável. Além disso, traz uma reflexão muito relevante sobre o papel da criança neste processo, considerando a criança como contexto de aprendizagem para si mesma e para os outros (RINALDI, 2018).

Sendo assim, a documentação pedagógica, torna-se um processo de diálogo com transparência e abertura para participação, não apenas das crianças como autoras de sua aprendizagem, mas possibilitando o protagonismo também do adulto, podendo ser a professora, servidor(a) ou familiar das crianças atuantes e visíveis nesta história em forma de registros.

5.2 O PROCESSO DE DOCUMENTAR E SUA POTÊNCIA QUALIFICADORA DAS PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O processo de documentar na Educação Infantil, tem um potencial muito grande para qualificar as práticas educativas nesta faixa etária. É um processo que precisa ser planejado e vivido minuciosamente, considerar o individual e o coletivo, com um olhar atento e afetuoso aos detalhes das ações dos bebês e crianças.

Este processo inicia no planejamento das interações e encontro, ação feita pelo educador, a qual antecede a prática na escola, Junqueira Filho (2017), traz o conceito de “parte cheia”, para a ação do planejamento com “conteúdos” elencados pela educadora, identificando a importância de um espaço/tempo para a “parte vazia” neste planejamento, sendo esta, a parte que irá sendo construída durante os encontros com as crianças. Esse movimento de planejar e concluir o planejamento em contexto, vai além dos conhecimentos teórico, abrindo espaço a dialética entre planejamento inicial, prática, registros e elaboração de novos planejamentos.

De acordo com o autor, a partir desses processos de documentar, crianças e adultos, constroem juntos, o que se registra no contexto escolar,

[...] a partir dos documentos de processo que ambos irão produzindo, ou seja, a partir do que aparece e se registra - do que ele, professor, lê e registra sobre as produções das crianças e a partir do que elas, as crianças-signo-linguagem, estão lhe mostrando cotidianamente sobre elas, ou sobre o que elas estão, a cada momento, selecionando, significando e registrando entre si, sobre os mundos onde vêm, sobre sua professora ou professor. Justamente, as pistas que a professora procurava ao colocar em prática a primeira parte, a parte cheia de seu planejamento, instrumental para ir descobrindo seus alunos, por meio do que insiste em suas produções e registros em diferentes linguagens e, portanto, passam a existir como significativas para ele e vão preenchendo a segunda parte, a parte vazia do planejamento do professor (JUNQUEIRA FILHO, 2017, p. 57).

Esse vai e vem nos registros, planejamentos, observações e práticas, vão enriquecendo a prática da educadora, trazendo à tona o que se pode desenvolver e

propor, dando assim continuidade às aprendizagens dos bebês e crianças bem pequenas.

Nesse caminho de encontro com a primeira mini-história (2018) criada por mim, com uma turma de maternal 3, crianças de três anos, retrata bem o início de um estudo sobre este modo de registro, bem como, a importância da parte cheia e da parte vazia de um planejamento, colocando o protagonismo infantil como ponto chave na ação pedagógica, sem deixar de lado o protagonismo compartilhado e colaborativo da professora.

A forma de registrar e comunicar o fazer pedagógico, demonstra possibilidades de escolhas das crianças na criação de brincadeiras, bem como na organização de seu tempo de vivências na escola. Neste período, 2018, que está registrado na mini-história, sou a professora regente da turma, enquanto no outro turno trabalho com anos iniciais em outro município.

Ao construir um registro, é preciso que se façam escolhas, é possível perceber que neste momento da mini história, foi respeitada a ação das crianças bem como passei a fazer parte da história, além das escolhas de imagens e narrativas entre tantas outras que aconteciam no mesmo momento nesta sala de referência.

Para ilustrar este percurso, a figura abaixo demonstra a primeira mini-história construída por mim, nessa trajetória de busca pelo entendimento e estudos sobre a documentação pedagógica, a partir de registros e reflexões da prática e ações das crianças no ano letivo de 2018.

Figura 6 – Mini-história apresentada no II Fórum de Educação Infantil – PUFV Centro Serra

Faz de conta que era uma vez...





Enquanto na brincadeira de construção, o engenheiro Bruno, a mestre de obras Maryah e a servente Emanueli constroem coisas; no restaurante, Alice e Luiza, preparam uma ótima refeição, com suco, feijão, ovos e arroz, para os trabalhadores da obra.

De repente João Pedro vai até a professora e pergunta:
"Profe, você viu a bruxa pela floresta?"

A professora (que deixa seu papel de servente da obra por um instante) responde:
"Não vi ainda! Mas quem são vocês?"
"Eu sou João e essa é minha irmã!", responde João Pedro apontando para a colega Maria Clara ao lado dele.
"Como é o nome da sua irmã?", pergunta a professora.
"Maria." Responde João Pedro, com expressão de obviedade.

Então a professora, voltando ao papel de servente de obra, pede licença ao engenheiro para se afastar uns instantes da obra pois precisa ajudar a procurar uma Bruxa.

Logo, Maryah, que ouvia a conversa, abandona a construção e apresenta-se como a Bruxa dos doces, constrói com cadeiras uma casa e uma prisão e contrata as meninas do restaurante para engordar o João.

EMEI Paraíso da Criança – Agudo RS
Protagonistas: Bruno, Maryah, Alice, Luiza, João Pedro, Maria Clara.
Idades: 3 e 4 anos.
Professora Emanueli Unfer

Assessoria Pedagógica: Ms. Queila A. Vasconcelos




Fonte: Elaborado pela autora.

Neste contexto de construção e invenção de práticas, por vezes imerso em um turbilhão de dúvidas e inseguranças, parecendo estar frente a um caminho bifurcado

sem placas indicativas de direção, a aproximação com as teorias da complexidade de Edgar Morin, possibilitaram no processo (re)fazer rotas e refletir, ressignificando a documentação pedagógica.

Nessa conjuntura, a teoria da complexidade de Morin (2003), proporciona uma reflexão sobre a documentação pedagógica, principalmente se percebermos três princípios desta teoria: *recursivo*, *hologramático* e *dialógico*. Neste sentido, o princípio hologramático pressupõe que cada parte, cada aspecto da documentação pedagógica, está contida no todo, bem como é composta pelo todo e por seu próprio todo. Sendo assim cada um é importante para este movimento no processo de documentar.

O princípio dialógico, possibilita perceber a importância dos opostos e contrapontos, que principalmente quando muitos sujeitos participam, há vários pontos de vista que se refutam ou se complementam, tornando possível que criem novas realidades, novas documentações, novas possibilidades.

E por fim o princípio recursivo traz a ideia de que cada parte (aspecto da documentação), traz em si um todo, e que são causas da documentação, bem como causadores daquilo que está sendo produzido. De forma contínua, dando uma possibilidade de criar e recriar constantemente, permitindo a continuidade das experiências e aprendizagens na Educação Infantil e no que se segue.

A Figura 7, foi criada por mim, com o objetivo de imaginar como isso acontece, trazendo cada aspecto como partes, mas também cheias de possibilidades já existentes, que ajudam a compor a documentação pedagógica. E as linhas circulares que vão cortando todo esse processo, são como os princípios da teoria da complexidade, que cruzam como ondas que vão e vem, modificando os desenhos da areia na praia.

Figura 7 – Movimentos complexos na Documentação Pedagógica



Fonte: Criada pela autora, a partir das leituras e reflexões das teorias do pensamento complexo de Edgar Morin.

Neste sentido, é possível compreender que na prática pedagógica, assim como na teoria da complexidade, os três princípios, representados na figura acima pelas linhas circulares, perpassam todos os movimentos pedagógicos, desde a entrada da criança na Educação Infantil. Como ondas que vão e vem, os fazeres se repetem,

porém, nunca deixam marca idêntica. A cada momento, a cada prática, novas experimentações, aprendizagem e conexões são feitas, criando e recriando o dia a dia em uma escola de Educação Infantil/Creche.

6 PAUSA PARA O CAFÉ: (RE)VISITANDO OS DOCUMENTOS

Ao longo dos cruzamentos do seu caminho, você se encontra com outras vidas: conhecê-las ou não conhecê-las, conviver profundamente com ela ou deixá-las seguir é uma questão que somente depende da escolha que você faz em um instante. Ainda que você não saiba, ao passar batido ou parar com frequência, está em jogo a sua existência, e a de quem está ao seu lado (TAMARO apud BARDANCA; BARDANCA, 2020, p. 62).

Pausa para o café: um café forte para despertar e concentrar! Pois, neste capítulo fiz uma revisita as documentações que já visitava quando como professora regente, porém agora, em um local diferente, com o olhar atento de uma pesquisadora que ocupa outra posição e outra função. Não os visito como professora em busca de apoio, ou referência para trabalho, mas sim como pesquisadora que não mais está lá na escola, mas sim em cargo de gestão municipal, buscando conhecimento e possibilidades para a qualificação da Educação Infantil/Creche.

Neste sentido o problema da pesquisa segue caminhos já percorridos com possibilidade de novas trajetórias. Para isto, fui em busca dos documentos que estão arquivados na escola, documentos produzidos nos anos de 2016 a 2020, ou seja, no período de 2016 a 2020, estes foram os escolhidos por mim para serem analisados com o intuito de resolver ou minimamente refletir a cerca do problema da pesquisa: investigar a partir dos documentos produzidos e arquivados na Escola, como podemos compreender e encorajar a construção de ações democráticas nas práticas pedagógicas de documentar na Creche.

Pensar a documentação pedagógica na Educação Infantil/Creche, é pensar na vida que pulsa dentro da escola, é levantar todos os documentos que lá são utilizados para consulta, registro e comunicação.

Ao longo da jornada trilhada nesta pesquisa, foi necessário desenhar os contornos de minha compreensão acerca de Documentação Pedagógica, quais documentos fazem parte desta coletânea que define, inspira e comunica a prática na Escola de Educação Infantil/Creche. Para tanto, após longos caminhos e mudanças de percurso como registrei anteriormente, defino que a Documentação Pedagógica é uma coleção de documentos produzidos pela gestão municipal, escolar e também aqueles produzidos pelos professores com a participação das crianças e demais adultos envolvidos na educação das crianças.

A partir disto, ainda em meio a pandemia, final do ano de 2021, busquei na escola as documentações que lá estavam arquivadas. Delimitando o tempo de busca aos anos de 2016 a 2020, encontrei as seguintes documentações arquivadas que separei em três categorias estudadas:

Documentações Normatizadoras: São aquelas documentações que normatizam e regulam a prática na escola, como por exemplo o Regimento Escolar, Plano Global, o Documento Orientador Municipal que tem como base de criação a BNCC (2017), Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Estas, tem como principal característica regulamentar as práticas e regradar o funcionamento da Escola, tendo uma participação mínima da comunidade escolar.

Quadro 2 – Documentações normatizadoras

(continua)

Documentações Normatizadoras	Número de documentações estudados	Participações na construção	Principais pontos
Plano Global	5 (cinco), dos anos 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020	Gestão Escolar	<ul style="list-style-type: none"> - Quadro de pessoal; - Calendário Escolar; - Horário de atendimento; - Objetivo da Escola, - Metas para o ano; - Diagnóstico da escola

Quadro 2 – Documentações Normatizadoras

(conclusão)

Documento Orientador Municipal	1 (um), ano 2019	Gestão municipal, com ampla discussão com os professores do município.	Traz os direitos de aprendizagem da Educação Infantil; Os campos de experiência; Tem como principal característica que o diferencia da BNCC (2017) e do RCG características do território;
Regimento Escolar	1 (um), ano 2020	Gestão Municipal	Regras gerais de funcionamento das escolas; Atribuições dos professores, monitores e servidores em geral;
Currículo Emergencial	1 (um)	Gestão municipal, Na parte da Educação Infantil, teve uma pequena contribuição de uma professora da rede, no caso esta pesquisadora	Orientações curriculares para o período pandêmico.
Plano de ação para regulamentação do ensino remoto	1 (um)	Gestão Municipal	Orientações para atendimento no período em que as atividades estão remotas.

Fonte: Elaborado pela autora.

Documentações Organizadoras: Nesta categoria, se enquadram o Projeto Político-Pedagógico, Planejamentos dos Professores, diários dos professores, entre outras documentações que podem ser produzidos pelos professores com a finalidade de organizar a prática diária, projetar ações futuras, que servem como material de pesquisa e reflexão sobre a prática docente.

Quadro 3 – Documentações Organizadoras

Documentações Organizadoras	Número de documentações estudados	Participações na construção	Principais pontos
Projeto Político-Pedagógico	5 (cinco), dos anos 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020	Gestão Escolar e Professoras	<ul style="list-style-type: none"> - Abordagens metodológicas - Quadro pessoal, - Dados de identificação da Escola, - Diagnóstico, - Filosofia; Objetivos e metas,

Fonte: Elaborado pela autora.

Documentações Experienciais: chamei assim esta categoria, pois esta trata daquelas documentações produzidas com objetivo de comunicar, de registrar a ação, registrar a criança em ação, estes possibilitam a avaliação da vida na Creche, a reflexão sobre a prática. Aqui se encaixam os pareceres, Mini-histórias, fotos, vídeos, áudios, todos aqueles que comunicam o que está acontecendo, comunicam a prática e servem como recurso para refletir e inspiração para novos projetos.

Quadro 4 – Documentações Experienciais

Documentações Experienciais	Número de documentações estudados	Participações na construção	Principais pontos
Pareceres	3 (cinco), dos anos 2018, 2019 e 2020	Professoras	- Pareceres descritivos dos processos de aprendizagem, - individuais.
Livros de histórias	2 (dois), dos anos de 2018 e 2019	Professoras, com participação dos monitores e auxiliares de turma	- Mini-histórias individuais e coletivas
Caderno de Chamada	2 (anos) dos anos de 2016 e 2017	Professoras	- Pareceres com questões fechadas, - Utilizei estes anos de cadernos de chamada, pois os pareceres faziam parte da estrutura do caderno.

Fonte: Elaborado pela autora.

Se faz necessário aqui, trazer um pouco da história do nascimento desta escola, que até 2021 foi a única Escola de Educação Infantil/Creche do Município. Foi criada por decreto em 1990, tendo um cunho assistencialista, que há época recebeu o nome Escola Municipal Maternal e Jardim de Infância Paraíso da Criança.

Em pesquisa em documentos da criação da escola, encontrei o primeiro regimento, nele consta que somente professoras trabalhavam lá, todas habilitadas em

Magistério para o “Ensino de 1º Grau de 1º a 4º série”, com certificado de curso de qualificação em Pré-escola.

No Art 3º, do Regimento da Escola, ficava exposto o cunho assistencial da mesma:

Art 3º - A ESCOLA MUNICIPAL MATERNAL E JARDIM DE INFÂNCIA “PARAÍSO DA CRIANÇA” tem por finalidade de colaborar intensamente com a família, na educação da criança, filhos de mães que trabalham fora do lar, com baixa renda familiar, oferecendo ao educando:

- a) Assistência em regime de semi-internato, para crianças de 2 a 6 anos, nas áreas de educação, saúde, recreação, segurança social e afetiva;
- b) Oportunidade para aquisição de conhecimento, formação de hábitos, atitudes, formas de comportamento e expressões compatíveis com a sua idade, visando a sua integração no meio sociocultural que a envolve preparando-a para a vida em comunidade;
- c) Preencher as deficiências da alimentação recebida na família (PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO, 1990, n. p.).

Entendo que seja pertinente trazer esse pequeno trecho da história de início da Escola, visto que a mesma está situada na Vila Caiçara, bairro com o maior número de atendimentos da assistência. E local que por muitos anos teve a única Creche deste município, além de por muito tempo as vagas serem restritas apenas a moradores deste bairro.

Neste bairro encontra-se a fábrica de calçados, fato este que definia o Horário de funcionamento da escola, tornando o atendimento uma equação difícil de resolver, visto que são necessários muitos profissionais para atender as crianças nos 40 minutos que antecedem a chegada das professoras, bem como as duas horas correspondentes ao intervalo de almoço das mesmas. Neste momento como gestora municipal, com o retorno da presencialidade, este aspecto traz muitos conflitos, principalmente porque entendo que é uma escola, e diferente das escolas de Ensino Fundamental, as crianças e bebês precisam de profissionais todos os segundos que estão na escola em pequenos grupos.

Todas as categorias serão estudadas e atravessadas pela pergunta: Estas documentações estão comprometidas com processos democráticos? Há espaços para ações democráticas ou mesmo registram as ações democráticas vividas na Creche?

6.1 DOCUMENTAÇÕES NORMATIZADORAS: REGRAS OU POSSIBILIDADES PARA A VIDA NA CRECHE

6.1.1 Regimento Escolar

Atualmente o município não conta mais com regimento por escola, tem um regimento único para toda a rede municipal, não encontrei registros de quando se adotou o regimento único, mas agora todas as escolas seguem mesmas regras de organização. Este fato, traz muitas dificuldades para organizar o funcionamento da Escola, principalmente quanto ao horário de funcionamento como descrito acima, visto que a EMEI tem características singulares e muito diferente das demais escolas, o que abre precedentes para muitas discussões e comparações entre os profissionais da rede.

Este documento tem como principal função normatizar às práticas que permeiam o cotidiano escolar e representar a consolidação das diretrizes relativas à organização e funcionamento das instituições da rede pública municipal de ensino de Agudo. Em sua primeira página, consta que o regimento possibilita que cada escola crie seu próprio regimento, trazendo as especificidades de cada uma, porém não há regimento próprio na escola, para tanto, o município conta com o documento chamado Plano Global que é construído anualmente com dados de professores, quadro de professores e funcionários, bem como calendário escolar único fornecido pela secretaria de Educação.

No regimento são informadas as atribuições de cada servidor que trabalha nas escolas, a partir de 2016, criou-se o cargo de Monitor de Escola, estes tendo como principal função a troca de fraldas, recebendo insalubridade para exercer esta função, nascendo junto um conflito entre a gestão municipal e professoras, com vários questionamentos sobre o direito de receber a insalubridade, sobre o dever de trocar as fraldas, por vezes dificultando o trabalho e por que não até desqualificando o ato de cuidar que é intrínseco ao fazer pedagógico na Educação Infantil.

Este fato criou um ponto de tensão na escola, de maneira que a troca de fraldas que na Educação Infantil também é um ato pedagógico, passa a ser um ato mecânico, sem muita interação adulto criança, muitas vezes inclusive com horário para acontecer, visto que não há um monitor por turma, algumas turmas contam com auxiliares contratos via parceria com CIEE.

Penso que a troca de fralda na Educação Infantil/Creche, é parte das atribuições e fazer pedagógico da professora, por este motivo e por ter esta compreensão, algumas professoras assim como eu quando em sala, preferem fazer as trocas, visto a grande importância desta ação na criação de vínculo e confiança com os bebês e crianças bem pequenas.

Segundo o regimento as turmas da Educação Infantil/Creche, são atendidas por professor com formação em Pedagogia Educação Infantil, Monitores e auxiliares, sendo os últimos normalmente CIEEs de Ensino Médio. Não especificando quantos adultos por grupos de crianças, apenas orienta que seja conforme a necessidade. Apenas para turmas de pré-escola, está especificado que será um professor e quando acima de 20 crianças terá direito a um auxiliar.

Ainda aparece no documento alguns aspectos do primeiro regimento da escola, como os critérios para acesso as vagas.

Aos alunos matriculados nas Classes de Berçário, Maternal I, Maternal II e Maternal III, será ofertado o atendimento, em turno integral, preferencialmente para as crianças em situação de vulnerabilidade, ou em situação de risco social ou pessoal. Não havendo vagas suficientes, será priorizado o atendimento aos filhos de mãe ou responsável legal, que comprovem estar trabalhando (PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO, 2021, p. 21).

Este documento traz também a disposição das turmas, no que tange a quantidade de alunos por turmas, porém não quantifica o número de turmas disponíveis em cada escola.

Segue figura de disposição de crianças por turma.

Quadro 5 – Número máximo de alunos por turma

<u>Nível de Ensino</u>			<u>Número máximo de alunos por turma</u>
<u>Educação Infantil</u>	CRECHE	Berçário	08
		Maternal I	10
		Maternal II	20
		Maternal III	20
	PRÉ-ESCOLAR	Pré-escola I (4 anos) Pré-escola II (5 anos)	25
<u>Ensino Fundamental</u>	Anos Iniciais	1º	25
		2º	30
		3º	30
		4º	30
		5º	30
	Anos Finais	6º	30
		7º	30
		8º	30
		9º	30

Fonte: Regimento Escolar (PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO, 2021, p. 21).

Conforme o documento, as matrículas nas turmas de Educação Infantil, organizam-se da seguinte forma:

Berçário: 4 (quatro) meses completos em qualquer época do ano letivo;

Maternal I: 1 (um) ano completos até 31 de março do ano letivo;

Maternal II: 2 (dois) anos completos até 31 de março do ano letivo;

Maternal III: 3 (três) anos completos até 31 de março do ano letivo;

Embora o Regimento traga como referencial para organização da Creche, a BNCC (2017) (BRASIL, 2018), as turmas não são divididas de acordo com ela, como podemos ver acima. Os bebês e crianças bem pequenas são divididos em 4 grupos, por idade, acredito que este fato se deve ao agrupamento ter sido feito anterior a existência da BNCC (2017), e não ter sido discutido após a promulgação dela.

A partir disso, percebi a necessidade de estudar em conjunto com os profissionais que atuam na Creche para que possamos pensar nestas possibilidades

de agrupamento, e discutir qual pode ser mais adequado para o atendimento destas crianças.

Nos últimos cinco anos, de 2016 a 2020, não houve alterações no documento em relação a Educação Infantil. E este documento é organizado pela secretaria de Educação do município e posteriormente aprovado pelo Conselho Municipal de Educação. Creio que por ser um Regimento Único, a Secretaria de Educação sempre o redigiu conforme as necessidades gerais do município, não abrindo espaço para discussão nas escolas.

No ano de 2021, foi solicitado aos gestores escolares que fizessem um estudo sobre este documento, para que possa ser repensado e voltar a ser por unidade escolar, ou pelo menos ter um espaço para cada escola em seu corpo, pois é muito importante considerar a diversidade de necessidades e potencialidades que cada escola apresenta.

6.1.2 Plano Global

O segundo documento que chamo para a discussão, é o Plano Global, este documento é organizado com um *template* padrão no município. Parece ter como principal objetivo adequar dados específicos de cada escola que não há espaço no Regimento Escolar.

Havia na escola, os Planos Globais dos anos 2016, 2017, 2018 e 2019. Em 2020 o plano não foi atualizado.

Neste documento constam informações, como dados de identificação da instituição, justificativa do documento, um diagnóstico físico e estrutural da escola bem como dos recursos humanos e suas atribuições, objetivos e metas para o ano. Nele também consta o calendário escolar, previsão de reuniões Pedagógicas e de outros segmentos como conselho escolar e círculo de pais e mestres. Além dos dados destes segmentos, como os membros e plano de ação dos mesmos.

Em todos os anos acima referidos, a estrutura do documento é a mesma, seguindo um padrão no município. Ele é organizado pela Gestão da Escola.

6.1.3 Documento Orientador Municipal

O Documento Orientador Municipal (DOM), é um documento único para toda rede municipal, foi elaborado por diversos professores representantes de cada etapa de ensino do município.

Sua estrutura é semelhante a estrutura da BNCC (2017) e Referencial Curricular Gaúcho (RIO GRANDE DO SUL, 2018).

Figura 8 – Documento Orientador Municipal

1.1.1 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento		
Os Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas são assim descritos na BNCC (2017), no Referencial Curricular Gaúcho e do Documento Orientador Municipal:		
11.1.1.1 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para os Bebês		
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – RS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – DOM
(EI01EO01) Perceber que suas ações têm efeitos nas outras crianças e nos adultos.	<p>(EI01EO01RS-01) Mostrar-se ativa, sem a intervenção constante de um adulto.</p> <p>(EI01EO01RS-02) Envolver-se em jogos simples de dar e receber, lançar objetos no chão e manifestar-se ao recebê-los de volta.</p> <p>(EI01EO01RS-03) Demonstrar interesse em seguir algumas normas em atividades da rotina, participando em contextos de convívio social, como brincar ao lado de outras crianças imitando ou mostrando suas ações.</p>	

Fonte: Prefeitura Municipal de Agudo (2019).

Na verdade, este documento apenas acrescenta alguns aspectos locais e municipais aos objetivos de aprendizagem e desenvolvimento.

O DOM, foi construído durante o ano de 2019 e finalizado no ano de 2020, sendo então distribuído para as escolas. No ano de 2019 foi realizada uma reunião, onde a professora de Educação Infantil que representou o município nas formações sobre a elaboração do Documento, compartilhou as instruções e junto com todos os

professores de Educação da rede, construíram e incluíram os objetivos do território Agudense no Documento.

No momento dos encontros, também foi debatido sobre a função deste documento, assim como a BNCC (2017) (BRASIL, 2017), ele não é um receita para a prática, mas traz normativas e objetivos de aprendizagem para Educação Infantil, muito embora eu acredite ser difícil pensar em aprendizagens padrões para a Educação Infantil a nível nacional, já que este segue a BNCC (2017) (BRASIL, 2017), este documento pode ser um bom recurso para refletir as práticas na escola de Educação Infantil, seja como orientador, seja como para refletir os pontos de tensão, mas é preciso ter cuidado para que não seja usado como “bengala” para justificar a avaliação que aponta apenas as falhas ou aquilo que as crianças ainda não conseguem fazer.

Figura 9 – Documento Orientador Municipal

11.2.2 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento		
Os Objetivos de aprendizagem e desenvolvimento para os bebês, as crianças bem pequenas e as crianças pequenas são assim descritos na BNCC, no Referencial Curricular Gaúcho e Documento Orientador Municipal:		
11.2.2.1 Objetivos de Aprendizagem e Desenvolvimento para os Bebês		
OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – BNCC	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO – RS	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO - DOM
(EI01CG01) Movimentar as partes do corpo para exprimir corporalmente emoções, necessidades e desejos.	(EI01CG01RS-01) Deslocar seu corpo de forma autônoma no espaço, criando hipóteses e estimulando suas potencialidades, partindo do seu interesse. (EI01CG01RS-02) Brincar livremente, exercendo autonomia de fazer escolhas.	(EI01CG01RS-01AG01) Deslocar seu corpo de forma autônoma em diferentes espaços (internos e externos), criando hipóteses e estimulando suas potencialidades, partindo do seu interesse.
(EI01CG02) Experimentar as possibilidades corporais nas brincadeiras e interações em ambientes acolhedores e desafiantes.	(EI01CG02RS-01) Mover-se e deslocar-se no espaço, apresentando controle e organicidade. (EI01CG02RS-02) Escolher as posições mais adequadas para manipular objetos com tranquilidade ou para estar atenta ao seu entorno. (EI01CG02RS-03) Brincar com o próprio corpo, envolvendo-se em brincadeiras de cobrir e descobrir o rosto ou outra parte do corpo, ficar em pé, andar com cada vez mais destreza, subir pequenos degraus e depois descer, de acordo com seu tempo.	

Fonte: Prefeitura Municipal de Agudo (2019).

6.1.4 Plano de ação para regulamentação do ensino remoto

Em função da Pandemia de 2020, a Secretaria de Educação elaborou um Plano de Ação para a Regulamentação do Ensino Remoto – ano 2020. O plano foi feito pela Secretaria de Educação, com a participação de alguns professores.

O documento apresenta resoluções Nacionais, Estaduais e Municipais erigidas no ano de 2020, durante decretos de calamidade pública por motivo da Pandemia Covid-19.

Regulamentando as atividades e reorganizando o currículo de forma emergencial. Nele foi reservada uma página para regulamentar as atividades neste período, pontuando a entrega de kits de materiais bem como a interação por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens.

Dentro deste plano, está o Currículo Emergencial que foi elaborado pela secretaria municipal de educação com o auxílio de alguns professores, no final do ano letivo de 2020, com o intuito de regulamentar o ano letivo, visto que este foi o ano em que fomos assolados pela pandemia. Neste documento de 118 páginas, reserva um parágrafo para a Educação Infantil. E este parágrafo está na introdução do documento.

Este documento, foi elaborado quase que exclusivamente pela Secretaria de Educação e Desporto, seguindo orientações de órgãos consultivos e normatizadores da educação, parece dar um entendimento de inferiorização para a Educação Infantil, olhando pelo espaço ínfimo que foi reservado a ela.

Não que quantidade seja qualidade, mas aqui não apareceu os direitos de aprendizagem como aparecem as habilidades na parte reservada ao Ensino Fundamental, este parágrafo foi elaborado por mim, por solicitação da secretaria, com a orientação para elaborar um parágrafo sobre a Educação Infantil, neste caso para toda etapa, para compor o Documento que iria referenciar o trabalho pedagógico no período da Pandemia.

Naquele momento, senti-me omissa por não problematizar, mais esta questão do espaço da Educação Infantil, já que há época nos encontros do Grupo de pesquisa, discutíamos há meses o currículo emergencial que estava sendo elaborado em outros municípios, muitos tendo a participação dos profissionais da Educação Infantil, famílias e gestores. Ainda me pergunto se não poderia ter lutado mais por este espaço, mas hoje no cargo de Secretária de Educação entendo um pouco melhor

algumas posições e tomada de decisões das gestoras, visto a grande demanda que se teve naquele ano atípico que continuou em 2021, e ainda sentiremos seus efeitos em muitos anos a frente.

Talvez com mais tempo de estudo e discussão entre os professores, este espaço pudesse ter sido qualificado, dando a importância que eu vejo na Educação Infantil, quando falamos em formação de cidadãos, direitos de aprendizagem, igualdade, enfim, naquelas alturas o ano letivo tinha ainda menos de 30 dias para encerrar, e penso que já não faria muita diferença.

6.2 DOCUMENTAÇÕES ORGANIZADORAS: A VIDA NA CRECHE

Como conceituei acima e categorizei, os documentos organizadores são aqueles que organizam a prática diária do professor, como exemplo coloquei o PPP, o diário do professor com seus registros e anotações, o planejamento. Nos arquivos da Escola, apenas o PPP estava disponível para pesquisa.

Neste segmento, apenas o PPP aparece, visto que os outros documentos elencados são individuais dos professores e não ficam arquivados na escola, bem como por um pouco de receio, ainda em relação a posição hierárquica que estou exercendo. Sendo assim, decidi utilizar aqui apenas documentos que são públicos, no caso o PPP.

6.2.1 Projeto Político-Pedagógico

O PPP, foi elaborado pela equipe gestora, e apresentado em reunião para as professoras, para que todos possam discutir e elencar as alterações necessárias. De maneira geral, sempre foi organizado pela equipe gestora e posteriormente compartilhada e discutida com as professoras, inserido o que era sugerido por elas.

Vale ressaltar que quando disponibilizado as professoras e servidores, tanto se a proposta fosse fazer uma leitura em grupo nas reuniões, quanto se solicitado para leitura e posterior discussão, sempre um número reduzido de pessoas se punha a disposição de auxiliar na reconstrução do PPP.

O PPP, traz em seu interior a metodologia escolhida pela escola, organização de modo geral, filosofia, diagnóstico e história da instituição, conforme podemos ver abaixo no Sumário do documento.

Nas reuniões Pedagógicas de início de ano letivo, enquanto eu ainda trabalhava lá na escola, sempre iniciávamos com o estudo do PPP, analisando o que precisava acrescentar ou então o que já não cabia mais.

É um documento bastante manuseado por algumas professoras, mas pouco conhecido pela comunidade escolar. Embora, como se uma tradição, na reunião de pais feita turma a turma, o PPP é disponibilizado para todos que tem interesse de acessá-lo, rara vez alguma família solicita ou mesmo folheia o documento.

Não tenho uma solução para que as famílias, servidores e demais professores, passem a estudá-lo e contribuir para que ele se torne um documento que marca a cooperação de todos em prol da qualidade educacional, mas penso que podemos tentar outras estratégias de demonstrar o quanto ele é importante, podendo ser colocado na entrada da escola, ou talvez tendo trechos como cartazes, enfim, acredito que este é um dos documentos organizadores mais importantes da escola e precisa ser visitado, revisitado, questionado, discutido. Caso contrário, continua sendo um “copia e cola” de anos anteriores.

6.3 DOCUMENTAÇÕES EXPERIENCIAIS: MOVIMENTOS, EXPERIMENTOS E VIDA PULSANTE NA CRECHE

6.3.1 Pareceres

Os pareceres, também são documentos feitos pelas professoras, e no ano de 2016, ainda eram de marcar. Seguiam um questionário fechado, conforme imagem abaixo. Com m pequeno espaço para observações dissertativas da professora.

Figura 10 – Parecer descritivo

PARECER DESCRITIVO

Aluno: L. [redacted]

ASPECTOS FÍSICOS	1º SEMESTRE				2º SEMESTRE			
	Construído	Em Construção	Presenças	Faltas	Construído	Em Construção	Presenças	Faltas
Tem equilíbrio, agilidade ao se locomover	X		96	11	X		96	01
Se expressa corporalmente	X				X			
Usa e aplica força positivamente	X				X			
Adaptado ao ambiente escolar	X				X			
Brinca / Interage	X				X			
Participa de atividades de rasgadura, colagem e pintura	X				X			
ASPECTOS SOCIAIS								
Trabalha em equipe	X				X			
Desenvolve as atividades propostas	X				X			
Interage com os amigos nas atividades	X				X			
Empresta brinquedos		X				X		
Respeita regras e combinados	X				X			
Expõe novidades e acontecimentos do seu cotidiano		X			X			
Manifesta opiniões pessoais	X				X			
ASPECTOS EMOCIONAIS								
Relaciona-se com colegas, professores e funcionários	X				X			
Sente-se seguro no ambiente escolar	X				X			
É participativo e colaborativo	X				X			
Acalma-se facilmente	X				X			
Reconhece os colegas	X				X			
Reconhece-se pelo nome e características pessoais	X				X			
Resolve conflitos		X				X		
Toma iniciativas		X				X		
Curioso e criativo	X				X			
ASPECTOS COGNITIVOS								
Comunica-se com clareza	X				X			
Apresenta sequência lógica dos fatos	X				X			
Observa semelhanças e diferenças entre os objetos	X				X			
Identifica oralmente a contagem dos numerais	X				X			
Classifica, ordena e quantifica objetos		X			X			

Obs. 1º Semestre: A Lavinia é uma aluna inteligente, metódica e comunicativa. Esta aluna tem um grande conhecimento e boa memória.

Obs. 2º Semestre: Participou das atividades propostas. Seu desempenho possui pontos positivos e criativos. Realiza a contagem oral. Também aprendeu cores e formas. Que seja muito feliz na outra escola.

Assinatura Educador (a) [redacted]

Visto SCP [redacted]

Fonte: Caderno de chamadas, acervo da EMEI.

Junto com este parecer cada professora, montava um portfólio, onde colocava trabalhos físicos feitos pelas crianças e fotos de alguns momentos e eventos vividos na escola, porém estes registros não ficavam arquivados na escola.

Os portfólios, se resumiam em um álbum de fotos sem vida pulsando, montado no final de cada ano, parecendo ter apenas um objetivo: comprovar que nós professoras trabalhamos conteúdos e não apenas cuidamos, como se o cuidar na Educação Infantil fosse algo que não pertencesse ao currículo.

Lembro de me sentir muito angustiada na montagem, em busca de mais e mais comprovações de trabalho, bem como de ver minhas colegas nesta mesma situação, por vezes parecia até uma corrida, que ganhava quem tivesse o álbum mais cheio de figuras e atividades físicas, sem a mínima preocupação com o processo, com as experiências, com as aprendizagens.

A partir de 2017, ficou decidido em reunião pedagógica que os pareceres passariam a ser descritivos, trazendo mais informações sobre as crianças. E cada professora organiza de acordo com seu planejamento, tendo como objetivo principal comunicar as famílias o que acontece na escola e como as crianças interagem e brincam nesses espaços.

Muito embora, muitos pareceres ainda eram encharcados de uma mostra dos “conteúdos” vistos, ainda parecendo justificar o nosso trabalho. Com uma participação tímida da criança, muitos ainda como um parecer geral igual para todos, reservando um parágrafo ou as vezes apenas uma frase que identifica a criança.

Juntamente com os pareceres, no final do ano, enviava-se um portfólio com as atividades e fotos de alguns momentos escolhidos pela professora.

Figura 11 – Parecer Descritivo



**Escola Municipal de Educação Infantil
PARAÍSO DA CRIANÇA
Extensão Escola Dom Pedro**

ALUNO: [REDACTED]
TURMA: Maternal III A **PROFESSORAS:** [REDACTED]

Durante o período de adaptação, que aconteceu de 20 de fevereiro a 31 de março, buscou-se realizar atividades de integração entre colegas, professores e auxiliares, para assim passar segurança as crianças, além de realizarmos atividades que valorizassem e reconhecessem o "EU", a família e os colegas. O [REDACTED] adaptou-se bem a nova escola e a turma. Gosta de brincar com os jogos de encaixe e com os carrinhos. É bastante dependente da irmã Bethina, mostra-se inseguro sem a presença dela por perto.

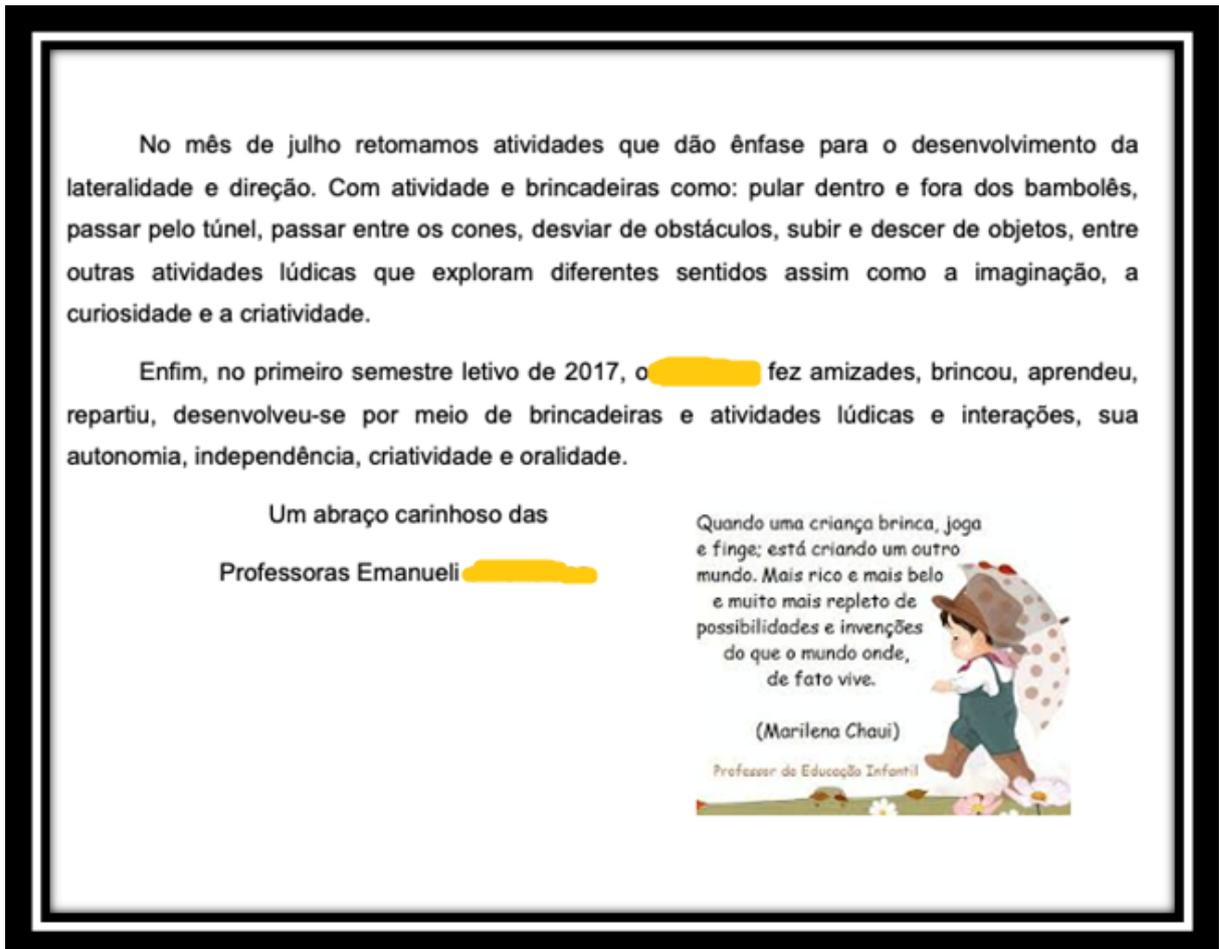
Durante o mês de abril realizamos atividades sobre a Páscoa e relacionadas a temática "tempo". O [REDACTED] participou e interagiu de todos os momentos propostos, brincou com entusiasmo e interesse. Gosta muito de brincar com os carinhos e no "cantinho" da cozinha, mas tem dificuldade para dividir brinquedos e em alguns momentos quer os brinquedos que os colegas estão brincando.

No período referente ao mês de maio trabalhamos lateralidade e direções (embaixo, em cima, do lado, frente, atrás), com músicas e brincadeiras, bem com atividade de linguagem com cantigas. [REDACTED] gosta das rodas para cantar, e demonstrou interesse por livros, em que gosta de contar histórias as colegas, também gosta das atividades de circuito, passando por baixo de obstáculos, subindo e descendo, também gosta de músicas coreografadas, de atividades com bambolês e bolas. Continua sentindo-se dependente da mana, sempre se mantém próximo a ela, ou sob sua visão.

No mês de junho, realizamos atividades voltadas ao espaço, atividades de coordenação, localização, entre outras que estão sempre inseridas no dia a dia de nossa sala de aula. Neste período [REDACTED] demonstrou-se um pouco mais quieto, gostando de brincar muitas vezes sozinho, não está mais tão dependente da irmã, expressando sempre suas vontades. Gosta muito de brincadeiras que pode usar toda sua energia, como correr, pular, esconde-esconde, bem como demonstrou muito interesse nas brincadeiras de vida diária, sendo um "pai" cuidadoso e um "médico" dedicado.

Fonte: Caderno de chamadas, acervo da EMEI.

Figura 12 – Continuação do parecer



Fonte: Caderno de chamadas, acervo da EMEI.

6.3.2 Mini-histórias

A partir de 2018, iniciou-se a produção dos Livros de Mini-histórias. Este trabalho tem seu ponto inicial a partir das formações em contexto pelo Programa a União Faz a Vida. Por este motivo, tem disponível livros de mini-histórias a partir de 2018.

Os livros contam com mini-histórias produzidas e organizadas pelas professoras da escola, com auxílio das coordenadoras pedagógicas e da assessora do PUFV.

As histórias eram colocadas em murais, e posteriormente expostas na Mostra pedagógica, além de cada família receber um livro com as histórias de cada turma.

Nele não havia apenas histórias de seus filhos, mas as histórias elaboradas com toda a turma, assim poderia ser visto o que foi trabalhado durante o ano com as crianças.

Além das mini-histórias, acompanhava um parecer descritivo individual de cada criança, este sim os pais recebiam apenas de seus filhos.

Neste primeiro ano do livro, também foi acrescentado ao final um álbum dos protagonistas, e um anuário com foto, nome e função de todos aqueles que fizeram parte do quadro de servidores daquele ano. Apresentando todos que de alguma maneira participaram das vivências e experiências das crianças, e de certa forma colaboraram cooperativamente para que o livro se tornasse real.

Figura 13 – Mini-história: Os “laços” da escola

Os “laços” da escola




Ah, os cadarços, vivem desamarrando! Mas sempre aparece um amigo disposto a ajudar. Thalya se aproxima da amiga Bárbara, e começa a “amarrar” seu cadarço tentando fazer um laço. Bárbara observa a cena, e concorda com a ação de Thalya. Após “concluir” no pé direito seu objetivo, Thalya olha para a amiga e diz “outro.”

Bárbara concorda balançando a cabeça e aproximando seu pé direito. Thalya então volta sua atenção, concentra-se, e continua sua tarefa. Bárbara posiciona os braços para trás, e observa os amigos brincarem enquanto sua companheira a auxilia nesse momento.

Na escola também é importante criar laços de amizade e ambiente de camaradagem.

Figura 14 – Mini-história: Filho de Peixe, peixinho é!

Filho de peixe, peixinho é!




Enquanto estávamos realizando uma atividade referente ao dia dos pais, surgiu uma grande dúvida entre Miguel, Valentina, Pietra e Melissa.

___ Meu pai é um peixe bem colorido e bem bonito. Diz Miguel.

___ Teu pai, é pai, não é peixe ! Retruca Valentina.

___ É sim, e eu vou ser um peixinho também, né ! Miguel fala olhando para colega Pietra, na esperança de que ela concorde com ele, mas ela nada diz! Então Melissa rapidamente ao perceber que a colega não dá a resposta que ele espera, diz:

___ É ele é, e pode ser rosa também!!!! O meu pai gosta de rosa, porque eu gosto, ele trabalha todo dia, eu vou fazer o meu bem bonito pra ele. Melissa, continuando a misturar as tintas em tons de rosa.

___ Meu pai é como um Super Herói, as vezes tem até capa, ele tem um cheiro bom quando tá cansado. Comenta Pietra.

___ O meu pai usa perfume de menino, têm cheiro bom, é um cheiro de pai, ele brinca de boneca comigo, mas ele gosta mais de azul, é uma cor bem forte. Comenta Valentina esfregando a tinta nas mãos.

___ Eu vou fazer pizza igual o meu pai, eu gosto de carne, como tudo bem assim. Diz Miguel fazendo um gesto de que está comendo as mãos.

___ Pai é pai, tem pai pra todo mundo!!! O meu pai não é bravo. Afirma Melissa.

___ É, só que são diferente, o meu é meu e o teu é teu pai! O peixe é só de mentirinha. Afirma Pietra concentrada em seu trabalho.

___ Eu gosto do meu pai, mas ele não tem uma boca assim! Ele me protege, por que ele é bem grande e o pai sempre protege os filhos. Diz Valentina apontando para boca do peixe que estava pintando.

___ Meu pai é muito forte! Miguel.

___ O meu pai veio lá da vó, ele estava lá esperando eu. Fala Melissa com ar de responsável.

___ As vezes pai é velho também, mas o meu não é! Eu gosto quando ele come maçã, morango, arroz e feijão comigo . Pietra .

___ Têm muitos pais, existe um montão deles. O meu veio lá da minha casa, primeiro ele, depois a minha mãe e eu estava na rua, dai eu vim lá na minha casa e ele agora é meu pai. Explica Valentina. Pietra atenta a colega Valentina retruca:

___ Eu vim da barriga da minha mãe, meu pai levo ela no hospital, o médico me tiro lá de dentro e eu nasci, com o meu pai e a minha mãe. ___ Pai às vezes fica bravo, mas é bem pouquinho, porque ele é muito grande. Comenta Valentina.

Através dos relatos observados cheguei a conclusão que de uma forma simples e sincera para nossos pequenos, PAI é espelho, proteção, alicerce na vida dos filhos, orgulho, inspiração de vida, força, em resumo pai é amor.



Turma: **Maternal II – B, Auxiliares: Vinicius, Angélica.**
 Professora: **Ivanir da Rosa Mundt**
 Protagonistas: **Valentina de Souza Machado, Pietra Leila Chaves Friedrich, Melissa Souza de Menezes e Miguel Butzkie Fischer .**

As mini-histórias não seguiam um template padrão, eram pequenos relatos de momentos vividos por grupos de crianças ou mesmo momentos individuais, para registrar estes momentos as professoras usavam recursos como gravação de vídeos e de áudio, ou anotações em bloquinhos para registrar inclusive a fala das crianças.

Em 2019, repetiu-se a elaboração dos livros como forma de registro das atividades e também como instrumento de diálogo com as famílias.

Já em 2020, fiz um livro impresso de mini-histórias e um ambiente virtual para propor, compartilhar e dialogar com as famílias sobre aprendizagens e atividades para os bebês. Não ficaram arquivos dos registros deste ano na escola, apenas os pareceres, que foram quase um padrão para todas as crianças, visto a dificuldade de criar um parecer com trabalho remoto.

Para compartilhar com as famílias de forma on-line, no ano de 2020, escolhi a plataforma *Padlet*, que como citada anteriormente foi trabalhada em uma das formações do PUFV no período de pandemia.

Vejo que a entrada das mini-histórias no cotidiano da escola, trouxe um olhar mais sensível aos processos de aprendizagem e vivências, passando a ser registradas e discutidas em reuniões e encontros pedagógicos o que elas traziam de contribuição para elaboração de projetos de aprendizagem futuros.

Ouso dizer que este foi o primeiro passo a uma documentação democrática, que dá visibilidade às crianças em ação, que valoriza e avalia o percurso, e não mais acontecendo apenas no final de cada semestre. Abriram espaço para o diálogo sobre a vida na Escola. Colocando em prática as abordagens dissertadas no subcapítulo 3.2, que são as mesmas estudadas e que foram escolhidas para embasar o fazer pedagógico da maioria das professoras da Escola escolhida para esta pesquisa.

6.4 A RÓTULA: UM CRUZAMENTO DE ENCONTROS E DISTANCIAMENTOS

Em uma estrada, as rótulas, trevos ou cruzamentos, são como um encontro de caminhos, ou pontos de partida para outros, assim este subcapítulo traz o encontro ou o distanciamento entre as documentações estudadas.

Após uma descrição de dados que considere importantes nas documentações, retorno a pergunta que atravessa toda a pesquisa: estas documentações estão

comprometidas com processos democráticos? Há espaços para ações democráticas ou mesmo registram as ações democráticas vividas na Creche?

Tentar responder estas questões, nos põe a pensar novamente na complexidade da vida em uma escola de Educação Infantil/Creche. Percebemos que as documentações compõem um todo, cheio de partes, mas que ainda podemos recriar:

A complexidade nos permite uma análise constante do todo e das partes, das relações circulares e recíprocas, da união de elementos complementares; a procura de uma nova inteligência dos fenômenos sem reducionismos. A complexidade nos torna sensíveis a evidências adormecidas (HOYUELOS; RIEIRA, 2019, p. 30).

Seguindo este pensamento, tentar unir Documentações Normatizadoras, Documentações Organizadoras e Documentações Experiências, é complexo. Precisei ver cada parte que os compõe, e cada um faz parte do todo dessa vida na Creche. Talvez analisando apenas as Normatizadoras vejo pouco ou nenhum espaço e ecoes democráticas, bem como nas organizadoras, porém estas duas documentações em particular, tem um potencial para participação de todos profissionais e famílias que motivam o movimento vital da creche.

Entendo neste momento, que além de potencial para espaços de processos e ações democráticas nas documentações, é preciso que todos estejam comprometidos e engajados para que estes espaços sejam ocupados, tanto na elaboração das documentações, quanto para refletir e discutir sobre elas posteriormente, principalmente quando estas passam de apenas consulta, para ações diárias, seja como normas, como orientações ou mesmo como registros da prática e das vivências.

7 ENCAMINHAMENTOS FINAIS: PONTO DE CHEGADA, OU INÍCIO DE UMA NOVA PARTIDA?

*Não se preocupem com as lições nem com os livros:
ensinem as crianças a viver*
(SENSAT *apud* BARDANCA; BARDANCA, 2020, p. 84).

Chegando ao final de um longo caminho, mais longo do que é de costume em um curso de mestrado, já que muitos atravessamentos aconteceram neste percurso, como por exemplo a pandemia mundial, o aceite ao cargo de Secretária Municipal de Educação e Desporto, ida e vindas, mudança de coletas de dados e métodos de pesquisa, acredito que este foi apenas o início de uma jornada que deve ser diária, uma busca por novos encontros e paradas para que cada dia se possa qualificar a ação democrática na documentação pedagógica e na vida em uma Escola de Educação Infantil/Creche.

Esta pesquisa teve como objetivo pesquisar a Documentação Pedagógica construída de 2016 a 2020 na e para a Creche/ Educação Infantil de Agudo/RS buscando estabelecer as relações com os processos democráticos como potencializadores de práticas pedagógicas na escola da Infância. Para trilhar os caminhos da jornada e seguir em frente, precisei delimitar os contornos de dois conceitos para a presente pesquisa de:

a) Que documentos compõe a Documentação Pedagógica? Documentação Pedagógica, são todos os documentos que de alguma forma normatizam, organizam, registram e comunicam a vida na Educação Infantil/Creche. Documentos que se encontram e dialogam entre si no caminho percorrido no processo de aprendizagem das crianças. Documentos que comunicam, projetam e também avaliam toda a vida que há neste ambiente educacional.

b) O que são os processos democráticos nas documentações pedagógicas para esta pesquisa(dora)? São ações que respeitam os direitos das crianças e bebês, respeitam o olhar complexo da professora, respeitam os desejos da família, com o principal objetivo de deixar registrados os caminhos e paradas que a vida e a alegria das crianças traçam em suas experiências e investigações na Educação Infantil/Creche. Documentar democraticamente, e dar espaço a todos estes elementos, de forma organizada, cooperativa e colaborativa, possibilitando que

principalmente as crianças e bebês sintam-se parte participante dessa vida pulsante na Escola de Educação Infantil.

Neste contexto, foram analisados diversos documentos que faziam parte do acervo da Escola Municipal de Educação Infantil Paraíso da Criança, uma escola pública, pioneira e por muito tempo a única que atendia crianças de 0 a 3 anos de idade. Nestes podemos perceber como ainda é tímida a participação na elaboração principalmente dos documentos que intitulei “Documentos Normatizadores”.

Por este motivo, a pesquisa foi trilhando caminhos que me levaram a pensar em um produto que viabilizasse o diálogo, a participação e a cooperação entre as famílias e a escola, como uma forma de compartilhar o trabalho pedagógico que registra a vida na Creche.

Neste sentido, foi organizado um repositório online, possibilitando tanto as professoras e servidores que trabalham na escola, quanto as famílias a participar deste processo educacional na creche.

O repositório de documentações pedagógicas, que tem como primeiras contribuições, documentos já existentes na escola, como Projeto Político Pedagógico, Plano Global, Documento Orientador Municipal e Regimento Escolar, como acesso fácil para que as famílias possam entender e conhecer estes documentos que organizam a escola, bem como organizam o trabalho pedagógico das Professoras.

Além destes documentos citados acima, o espaço possibilita que seja enviados os registros da vida e cotidianidade da escola, tendo as crianças como protagonistas, bem como matérias que dão origem a reflexão dos profissionais projetando os novos planejamentos das ações pedagógicas, bem como servindo de apoio a novos projetos de aprendizagem que vão sendo colocados em ação ao longo do ano letivo.

Os materiais produzidos na escola, para futuras pesquisas e acompanhamento dos processos educativos das crianças. Possibilitando, após disponibilizada e compartilhada na plataforma com os professores da escola, que os usuários façam anotações e colaborações, ou até mesmo a impressão dos registros e documentos lá inseridos.

Num primeiro momento, a busca foi por uma plataforma que contemplasse planejamento, diálogo e trocas de propostas, bem como registros das vivências. Porém, foi difícil encontrar uma plataforma gratuita que unisse todos estes aspectos, assim, como na citação acima, resolvemos optar por uma plataforma que já foi utilizada, facilitando o uso e valorizando os conhecimentos já existentes.

Neste sentido, o *Padlet* foi utilizado para compartilhar e dialogar, visto que é uma plataforma com versão gratuita, que permite que usuários cadastrados e não cadastrados, possam acessar e dialogar, contribuindo no processo e fazendo parte das vivências dos Bebês e Crianças bem pequenas.

O endereço eletrônico utilizado, estava em construção pela pesquisadora, visto que já no início da pesquisa pensava-se em um repositório on-line. Então ele ganhou vida já no período da Pandemia, e algumas professoras e familiares já foram conhecendo esta ferramenta.

O repositório está hospedado no link <https://padlet.com/pcriancaagudo/oygezsnld7uwy632> e já conta com algumas produções e primeiros passos para um diálogo com as famílias.

Figura 15 – Padlet



Fonte: *Padlet* utilizado na pesquisa. Disponível em: <https://padlet.com/pcriancaagudo/oygezsnd7uwy632>. Acesso em: 31 jan. 2022.

Para melhor utilização da ferramenta, será feita uma pequena conversa com as professoras e gestoras da escola, para melhor utilizarem e para poder auxiliar as famílias a usá-la.

Enfim, o produto vem a ser uma possibilidade futura, uma sugestão para alcançar e resolver ou pelo menos refletir sobre como as documentações produzidas

na e para Escola de Educação Infantil/Creche podem possibilitar e auxiliar na compreensão e encorajamento para construção de ações democráticas nas práticas pedagógicas de documentar na creche.

Acreditamos que este espaço poderá auxiliar, divulgando, dialogando e dando possibilidade de participação a todos envolvidos na Educação dos bebês e crianças bem pequenas que habitam e dão vida a escola.

Esta pesquisa não é o fim de uma jornada, mas sim um início de conversa, visto que chego aqui pensando como o potencial democrático na documentação é amplo, podendo dar espaço a participação de todos sujeitos que fazem a vida na Creche pulsar. No papel que atuo como gestora, percebo o quanto (re)visitar as documentações produzidas na e para a escola, podem ser questionadas e refletidas, passando desta pesquisa solitária para momentos coletivos de diálogo com professores, profissionais e famílias:

A documentação pedagógica oferece um ponto de partida importante para o diálogo, mas também para criar confiança e legitimidade em relação a comunidade mais ampla, abrindo e tornando visível o trabalho dessas instituições. Graças à documentação, cada criança, cada pedagogo e cada instituição pode conseguir uma voz pública e uma identidade visível. Isso que é documentado pode ser visto como uma narrativa das vidas das crianças, dos pedagogos e dos pais na instituição dedicada à primeira infância, uma narrativa que pode mostrar as contribuições das instituições para a nossa sociedade e desenvolvimento da nossa democracia (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2019, p. 206-207).

Num primeiro momento fazer a pesquisa concomitante ao ofício de gestora, pareceu algo quase impossível, difícil, porém agora é visível a importante e oportuna oportunidade de estar imersa a pesquisa ao contexto de gestão, a possibilidade de refletir e poder compartilhar o que por várias vezes me põe em becos sem saídas, mas que me possibilitou mudar de posições para olhar para os caminhos de ângulos diferentes, e então pensar colaborativamente para que eu retomara a caminhada.

A pesquisa traz um resultado que não pode ir em gráficos ou tabelas quantitativas, afinal foi uma pesquisa qualitativa, com resultados subjetivos, que tem como ponto de partida o movimento feito pela pesquisadora, um movimento que iniciou com poucas perguntas que foram se multiplicando no caminho. Questionamentos que precisam ser refeitos e refletidos nas jornadas que seguem a partir deste ponto de chegada.

Na minha jornada de vida nas escolas, sempre considerei imprescindível o estudo contínuo e de contexto, possibilidades de trocas e reflexões sobre as práticas pedagógicas, a pesquisa trouxe isso com mais força, e estar na gestão da educação do município colocou essa necessidade em evidência.

Ponderamos alguns pontos que ficam como sugestão de lugares para se visitar nesse passeio para construção de novas documentações, estes podem ser estratégias para observação e coleta de dados e registros para compor a documentação da vida na creche:

- Diálogo com a família, mesmo antes de iniciar a frequência da criança na escola, para conhecer suas rotinas, preferencias, entre outras características importantes para a qualidade de sua jornada na creche;
- Estudar e dialogar com as documentações normatizadoras e orientadoras, bem como discuti-las e compartilhar com os colegas profissionais que habitam a escola;
- Projetar ações considerando os primeiros pontos citados acima, deixando espaço para o novo, o inesperado, e tudo o que a criança trará consigo;
- Ter sempre a mão um recurso para registrar a vida, seja de forma escrita, por imagem ou gravação.

Estas não são regras, nem tão pouco as únicas estratégias possíveis para que existam processos democráticos na prática de documentação pedagógica, são sugestões elencadas após o estudo das documentações existentes.

Enfim, chego aqui convicta que há espaços para participação e processos democráticos nas documentações produzidas na e para a escola, precisamos ocupá-los e dialogar sobre os caminhos que a Educação Infantil trilha, conversando e repensando as documentações produzidas para e na Creche, seja como fonte de normas ou como uma bússola orientadora, não como limitantes.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRITÂNICA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO. **Diretrizes éticas para pesquisa em educação**. 4. ed. Londres: BERA, 2022. Disponível em: <https://www.bera.ac.uk/publication/diretrizes-eticas-para-pesquisa-em-educacao-quarta-edicao-2018>. Acesso em: 31 jan. 2022.

BARDANCA, Ângeles Abelleira; BARDANCA, Isabel Abelleira. **O pulsar do cotidiano de uma escola de infância**. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2020.

BONAS, Meritxell. A arte do pintor de paisagens: algumas reflexões em torno da documentação. *In*: MELLO, Suely Amaral; BARBOSA, Maria Carmen Silveira; FARIA, Ana Lucia Goulart de (Orgs.). **Documentação Pedagógica: teoria e prática**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2017. p. 77-83.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 26 jan. 2022.

BRASIL. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 18 dez. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 abr. 2013a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12796.htm. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica: diversidade e inclusão**. Brasília: SECADI, 2013b. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/mec/diretrizes_curriculares_nacionais_para_educacao_basica_diversidade_e_inclusao_2013.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. **Contribuições para a política nacional: a avaliação em Educação Infantil a partir da avaliação em contexto**. Curitiba: Imprensa/UFPR; Brasília: MEC/SEB, 2015. Disponível em: http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2016/04/seb_avaliacao_educacao_infantil_a_partir_avaliacao_conte_xto.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: [http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC\(2017\)_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC(2017)_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 31 jan. 2022.

BRASIL. **Proposta de parecer sobre reorganização dos calendários escolares e realização de atividades pedagógicas não presenciais durante o período da pandemia da Covid-19**. Brasília: Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, 2020. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=144511-texto-referencia-reorganizacao-dos-calendarios-escolares-pandemia-da-covid-19&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 jan. 2022.

CERON, Liliane; JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. Registro e documentação pedagógica na Educação Infantil. *In*: ALBUQUERQUE, Simone Santos de; FELIPE, Jane; CORSO, Luciana Vellinho (Orgs.). **Para pensar a educação infantil em tempos de retrocessos: lutamos pela educação infantil**. Porto Alegre: Evangraf, 2017. p. 188-202. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/171137/001055784.pdf?sequence=1>. Acesso em: 31 jan. 2022.

DAHLBERG, Gunilla; MOSS, Peter; PENCE, Alan. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Tradução de Magda Lopes França. Porto Alegre: Penso, 2019.

DEL PRIORE, Mary. **História das crianças no Brasil**. 3. ed. Campinas: Papyrus, 1997.

DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. 4. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (Orgs.). **As cem linguagens da criança: A abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Penso, 2016a. 1 v.

EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (Orgs.). **As cem linguagens da criança: A experiência de Reggio Emilia em transformação**. Porto Alegre: Penso, 2016b. 2 v.

FALK, Judit. Desenvolvimento lento ou diferente. *In*: FALK, Judit (Org.). **Abordagem Pikler: Educação Infantil**. São Paulo: Editora Omnisciência, 2010. p. 44-53.

FOCHI, Paulo Sergio. **A documentação pedagógica como estratégia para a construção do conhecimento praxiológico: o caso do Observatório da Cultura Infantil – OBECI**. 2019. 346 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

FORTUNATI, Aldo. **Abordagem de San Miniato para a educação das crianças**. Pisa: Edizioni ETS, 2014.

FORTUNATI, Aldo. Por uma ideia de criança. **Revista Despertar**, n. 4, ano 4, p. 18, dez. 2021.

FRANCA, Pe Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas – o “Ratio Studiorum”**: Introdução e tradução. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.

FREIRE, Paulo. **Professora Sim, Tia não**: cartas a quem ousa ensinar. São Paulo: Editora RBB LTDA, 1993.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina**: Reflexões sobre minha vida e minha práxis. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GANDINI, Lella. Espaços educacionais e de envolvimento pessoal. *In*: EDWARDS, Carolyn; GANDINI, Lella; FORMAN, George (Orgs.). **As cem linguagens da criança**: A abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância. Porto Alegre: Penso, 2016. p. 137-149. 1 v.

GARDNER, Howard. **Inteligências Múltiplas**: A teoria na prática. 1. ed. Porto Alegre: Penso, 1995.

HOYUELOS, Alfredo; RIERA, Maria Antonia. **Complexidade e relações na Educação Infantil**. 1. ed. São Paulo: Phorte, 2019.

JUNQUEIRA FILHO, Gabriel de Andrade. **Linguagens geradoras**: seleção e articulação de conteúdos em Educação Infantil. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2017.

KULMANN JUNIOR, Moyses. Educando a Infância brasileira. *In*: LOPES, Eliane M. T. *et al.* (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

LIMA JUNIOR, Eduardo Brandão *et al.* Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 20, n. 44, p. 36-51, 2021. Disponível em: <https://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/2356/1451>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MARRE, Jacques A. L. **A construção do objeto científico na investigação empírica**. Seminário de Pesquisa do Oeste do Paraná, Fundação Universidade do Oeste do Paraná, Cascavel, 1991.

MARTINS FILHO, Altino José; CASTRO, Joselma Salazar de. Avaliação na e da Educação Infantil. Avaliação de Contexto. **Proposições**, Campinas, v. 29, n. 2, p. 11-23, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/qCBKFvGzvxDMVGJk54QZXcF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MENDONÇA, Cristina Nogueira. A documentação pedagógica como processo de investigação e reflexão na Educação Infantil. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 11.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO, 2.; SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE, 4., 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: PUCPR, 2013. p. 23802-23812. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/CD2013/pdf/7397_4191.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

- MORIN, Edgar. **Os saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.
- MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita**: repensar a forma, reformar o pensamento. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- MORIN, Edgar. **Meu caminho**. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
- MORIN, Edgar. **O método I**: a natureza da natureza. Porto Alegre: Sulina, 2016.
- MORIN, Edgar. **Fraternidade**: para resistir à crueldade do mundo. São Paulo: Palas Athena, 2019.
- MOSS, Peter. **Introduzindo a política na creche**: a Educação Infantil como prática democrática. São Paulo: USP, 2009.
- NUNES, Maria F. R.; CORSINO, Patrícia. Políticas Públicas Universalistas e residualistas: os desafios da educação infantil. *In*: ROCHA, Eloisa A. C.; KRAMER, Sonia (Orgs.). **Educação Infantil**: Enfoques em diálogo. 2. ed. Campinas: Papyrus, 2011. p. 331-347
- OLIVEIRA-FORMOSINHO, Júlia; PASCAL, Christiane. **Documentação Pedagógica e avaliação na educação infantil**: um caminho para a transformação. Porto Alegre: Penso, 2019.
- OSTETTO, Luciana Esmeralda. No tecido da documentação, memória, identidade e beleza. *In*: OSTETTO, Luciana Esmeralda (Org.). **Registros na Educação Infantil**: pesquisa e prática pedagógica. Campinas: Papyrus, 2017. p. 19-51.
- PINAZZA, Mônica Appezzato; FOCHI, Paulo Sergio. Documentação Pedagógica: observar, registrar e (re)criar significados. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 184-199, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723819402018184>. Acesso em: 31 jan. 2022.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO. **Regimento da Escola Municipal Maternal e Jardim de Infância Paraíso da Criança**. Agudo: SED, 1990.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO. **Documento Orientador Municipal**. Agudo: SED, 2019.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDO. **Regimento Escolar**. Agudo: SED, 2021.
- RINALDI, Carla. **Diálogos com Reggio Emilia**: escutar, investigar e aprender. Tradução de Vania Cury. 6. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho**: Educação Infantil. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Educação, Departamento Pedagógico, 2018. 1 v. Disponível em: <http://portal.educacao.rs.gov.br/Portals/1/Files/1532.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2022.

SOARES, Suzana Macedo. **Vínculo, movimento e autonomia: educação até 3 anos**. 1. ed. São Paulo: Omnisciencia, 2017.

TEIXEIRA, Anísio. Os processos democráticos da educação nos diversos graus do ensino e na vida extra-escolar. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 62, p. 03-16, abr./jun. 1956.

WESTBROOK, Robert B.; TEIXEIRA, Anísio. **John Dewey**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

APÊNDICE A – LINHA DO TEMPO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Quadro 6 – Linha do tempo: Legislação e Documentações para Educação Infantil

(continua)

Ano	Documento	Resumo/ assunto
1961	Lei de Diretrizes e Bases da Educação	Crianças menores de 7 anos recebem educação em escolas maternais ou de jardins-de-infância, mantidas pelas empresas com mães trabalhadoras.
1967	Plano de assistência ao Pré-escolar para crianças a partir de 2 anos	Incrementa a criação de escolas maternais e jardins de infância, como auxiliares as famílias na edição pré-escolar.
1971	Lei de Diretrizes e Bases da Educação 5.692	Implementação do 1º grau de 8 anos de duração. Estabelece que o sistema de ensino velará para que crianças de idade inferior possam receber educação em escolas maternais e jardins-de-infância ou instituições equivalentes.
1988	Constituição Federal	Estabelece que as creches e pré-escolas passam a ser parte do sistema educacional.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96	Reconhece as instituições de Educação Infantil como parte do sistema educacional. Este, marca o fim (pelo menos o desejo de) da separação entre classes sociais, ou seja, crianças pobres também terão acesso a escolas públicas de qualidade, e não mais apenas a instituições assistenciais sem preocupação com educação de qualidade.

Quadro 6 – Linha do tempo: Legislação e Documentações para Educação Infantil

(continuação)

1998	Parecer CNE/CEB nº 22/98	Integração da Educação Infantil no âmbito da Educação Básica como direito das crianças de 0 a 6 anos e de suas famílias.
1998	Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI)	Elaboração do RCNEI em 3 volumes, cujo objetivo é de uma orientação curricular de nível nacional voltada para as crianças de 0 a 6 anos.
1999	Resolução CNE/CEB nº 01/99 de 07/04/99	Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Documento indispensável para o educador na elaboração de sua proposta pedagógica. Criação da ação Compartilhada de Políticas de Ação Integral.
2000	Parecer CNE/CEB nº 04/2000	Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação enfatiza os seguintes aspectos normativos: 1- Vinculação das Instituições de Educação Infantil aos sistemas de ensino; 2- Proposta Pedagógica e Regimento Escolar; 3- Formação de Professores para o trabalho na Educação Infantil; 4- Espaços Físicos e Recursos Materiais para a Educação Infantil. CONANDA, diz: a Educação Infantil tem a finalidade de garantir um ensino público de qualidade.

Quadro 6 – Linha do tempo: Legislação e Documentações para Educação Infantil

(continuação)

2001	Parecer CNE/CEB nº 17/2001 Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.	Inclui no item 1.2 a Lei nº 10.172/01, das ações preventivas nas áreas visual e auditiva até a generalização do atendimento aos alunos na Educação Infantil e no Ensino Fundamental. Diretrizes Nacionais para a Política de Atenção Integral a Infância e a Adolescência.
2001	Lei nº 10172 Plano Nacional de Educação (PNE) 2001/2010	traça diretrizes e metas para a educação em nosso país, com o intuito de que estas sejam cumpridas até o fim desse prazo.
2003	Criação da Instituição do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação infantil	destinada aos profissionais do magistério em efetivo exercício de suas atividades e desenvolvimento da educação infantil. Criação da Declaração Universal ratificando os Direitos da Criança, visando que a criança tenha uma infância feliz e goze dos seus direitos e liberdades ali enunciados.
2006	Lei nº 11.274	dispondo sobre a duração de 9 anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 anos de idade. Houve melhorias na qualificação dos professores de educação infantil. A oferta da creche foi municipalizada e na pré-escola, 70,1% houve atendimento municipalizado. A educação passa a ser diária para as crianças de 0 a 5 anos.

Quadro 6 – Linha do tempo: Legislação e Documentações para Educação Infantil

(continuação)

2008	A Lei nº 11.700, de 13 de junho de 2008	Acrescenta inciso X ao caput do art. 4º da Lei 9.394/96, assegurando vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima da residência a toda criança a partir dos 4 (quatro) anos de idade.
2009	Parecer CNE/CEB nº 20/2009, publicado no DOU de 09/12/2009 Indicadores da Qualidade na Educação Infantil.	MEC lança documento: Critérios para um Atendimento em Creches que Respeite os Direitos Fundamentais das Crianças. MEC lança documento Orientações sobre convênios entre secretarias municipais de educação e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para a oferta de educação infantil. Revisadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.
2009	Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009	A Educação Infantil passa a ser obrigatória para as crianças de 4 e 5 anos.
2009	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI)	propõem a organização por eixos de interações e brincadeira. Além disso, traz como marco conceitual a indissociabilidade entre o cuidar e educar.
2010	Resolução CNE/CEB nº 06, de 20/10/2010	Define Diretrizes Operacionais para a Matrícula no Ensino Fundamental e na Educação Infantil.

Quadro 6 – Linha do tempo: Legislação e Documentações para Educação Infantil

(conclusão)

2011	Resolução CNE/CEB nº 1, de 10/03/2011	Fixa normas de funcionamento das unidades de Educação Infantil ligadas à Administração Pública Federal direta, suas autarquias e fundações.
2014	Plano Nacional de Educação (PNE) Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014	Com diretrizes, metas e estratégias para a educação para o prazo de 10 anos.
2017	Base Nacional Comum Curricular (BNCC (2017)) Portaria 1.570, de 20 de dezembro de 2017.	Institui e orienta a implantação de um planejamento curricular ao longo de todas as etapas da Educação Básica. Na Educação Infantil, ela dialoga com a DCNEI, mas traz um detalhamento maior ao listar os objetivos de aprendizagem.

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE B – ORGANIZAÇÃO METODOLÓGICA DA PESQUISA

Quadro 7 – Organização Metodológica da Pesquisa

(continua)

Tema	Processos democráticos e as práticas de documentação pedagógica na educação infantil: a vida na creche
Grande área	Humanas
Área do conhecimento	Educação
Subáreas	Educação Infantil e Políticas Públicas,
Palavras-chaves	Creche; Processos Democráticos; Documentação Pedagógica.
Abordagem	Qualitativa
Natureza	- Aplicada Pois visa gerar conhecimentos para aplicação prática; - Implicada - Por estar intrínseca a minha prática e a prática na escola, local da pesquisa.
Contexto Problemático	A invisibilidade dos sujeitos (crianças, professores e demais adultos que fazem parte da vida na Creche), nos arquivos, discursos e mesmo nos caminhos escolhidos pelos professores para planejar, organizar a prática e posteriormente documentar, muitas vezes parecendo movimentos mecânicos e automáticos, com objetivo de cumprir tarefas e burocracias pré-determinadas
Questão orientadora da pesquisa	É possível observar processos democráticos potencializadores da prática pedagógica na escola de infância, a partir da Documentação produzida nos últimos 5 anos??
Justificativa	Tendo em vista as vivências na escola, como os documentos pedagógicos podem criar ou coibir caminhos no processo e construção de uma prática pedagógica democrática, que irá reverberar criando caminhos e possibilidades democráticas no documentar.

Quadro 7 – Organização Metodológica da Pesquisa

(conclusão)

Objetivos	<p>GERAL:</p> <p>Pesquisar a Documentação Pedagógica construída nos últimos 5 anos na e para a Creche/ Educação Infantil de Agudo-RS buscando estabelecer as relações com os processos democráticos como potencializadores de práticas pedagógicas na escola da Infância.</p> <p>Específicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Construir recursos metodológicos que viabilizem a pesquisa; - Buscar na história da Educação Infantil percursos e embasamento sobre as práticas pedagógicas ao longo da história da Educação Infantil; - Contextualizar, mapear e estudar os registros e documentos pedagógicos existentes na instituição Creche; - Criar um espaço on-line de partilha e dicas de formas de documentar a vida na creche, que possibilite a participação de professores, família e servidores, se assim desejarem.
Procedimentos	A coleta de dados foi realizada a partir de pesquisa documental, ou seja, (re) visitando documentos que estavam disponíveis no acervo da escola.

Fonte: Elaborado pela autora.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO
EDUCACIONAL
CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

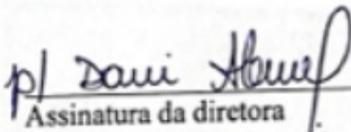
Caro(a) Senhor(a)!

Eu, Emanuelli Unfer, acadêmica do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal de Santa Maria (RS), portadora do CPF 0019.955.010-39, RG 9081944631, estabelecido (a) no endereço Rua Professor Willy Roos, 07, Agudo/RS, cujo telefone é (55) 996631073, sob orientação da Professora Taciana Camera Segat, portadora do CPF 751.549.270-87, RG. 7048767797, estabelecido (a) na Rua Diamante, 615/ Camobi – PQ residencial, Bairro Santa Lucia, Santa Maria / RS , cujo telefone de contato é (55) 996313430, estou cursando Mestrado no Programa de Pós- Graduação em Políticas e Gestão Educacional – Mestrado Profissional, na Universidade Federal de Santa Maria , cujo tema de pesquisa é a Documentação Pedagógica na Educação Infantil como processo democrático e sua potência nas práticas educacionais, tendo como objetivo pesquisar e refletir as práticas de Documentação Pedagógicas na Educação Infantil etapa creche, bem como dialogar sobre as práticas pedagógicas a partir desta Documentação. Por isso, durante a pesquisa, você fornecerá informações a respeito de suas ideias e concepções sobre a temática Educação Infantil, através de questionários, diálogos, apresentação de textos, entre outros. Assim, desejo filmar e gravar as ações desenvolvidas no âmbito escolar, bem como, nas salas de referência, utilizar e pesquisar em documentos já existentes. Em minha avaliação realizarei os procedimentos: Tabulação e organização dos dados obtidos de forma geral, sem identificação nominal; Análise dos dados obtidos visando identificar possíveis contribuições para os estudos sobre a Educação Infantil; organização do ensino; processo documentação pedagógica em espaços de aprendizagem, entre outros. Sua participação nesta pesquisa é voluntária, lembrando que os dados obtidos não serão organizados nominalmente, ou seja, haverá sigilo absoluto em relação ao autor de cada uma das respostas, uma vez que nosso interesse está nos resultados gerais e não individuais. Sua participação não trará qualquer benefício direto, mas proporcionará um melhor conhecimento a respeito do ensino da Educação Infantil em nosso Município, o que poderá contribuir para buscarmos encaminhamentos para o seu desenvolvimento futuro. É garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo, sem qualquer prejuízo. Garanto que as informações obtidas serão analisadas em conjunto, não sendo divulgada a identificação de nenhum dos participantes. O (A) Sr (a) tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas e caso seja requerido, darei todas as informações que solicitar. Não existirão despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa. Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para a pesquisa e os resultados serão veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível sua identificação. A

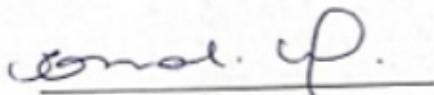
seguir, o consentimento livre e esclarecido para ser assinado caso não tenha ficado qualquer dúvida.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Fui suficiente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim. Eu discuti com a responsável pela pesquisa sobre a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos resultados e de esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo. Concordo, como representante da Legal da EMEI Paraíso da Criança, voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.


Assinatura da diretora

Data 16/08/2021


Emanuelli Unfer

Data 03/08/2021


Taciana Camera Segat

Data 03/08/2021